

PREFÁCIO

Sir James G. Frazer

Meu estimado amigo, o Dr. Malinowski, solicitou-me que prefaciasse este seu livro; com prazer aquiesço a seu pedido, embora acredite que minhas palavras, quaisquer sejam, nada terão a adicionar à valiosa pesquisa antropológica que neste volume ele nos oferece. Minhas observações, como tais, dirão respeito, de um lado, ao método por ele seguido e, de outro, ao assunto de seu livro.

Quanto ao método, o Dr. Malinowski realizou seu trabalho em circunstâncias altamente favoráveis e de modo calculado para obter os melhores resultados possíveis. Ele estava bem munido — tanto em conhecimentos teóricos quanto em experiência prática — para a tarefa a que se propôs. De seus conhecimentos teóricos ele já nos deu provas em seu tratado sobre a organização da família entre os aborígenes da Austrália, obra erudita e bem cuidada;¹ sua experiência prática evidencia-se não menos satisfatoriamente em seu relato sobre os nativos de Mailu, baseado em seus seis meses de convivência com eles na Nova Guiné.² A leste da Nova Guiné, nas ilhas Trobriand, às quais ele a seguir devotou sua atenção, o Dr. Malinowski viveu, durante muitos meses a fio, como um nativo entre os nativos, observando-os diariamente no trabalho e nas diversões, conversando com eles na própria língua nativa e obtendo todas as suas informações das fontes mais seguras: — observações pessoais e declarações feitas a ele diretamente pelos nativos em sua própria língua, sem a intervenção de intérpretes. Pôde ele, dessa maneira, compilar uma multiplicidade de dados de alto valor científico, referentes à vida social, religiosa e econômica dos nativos das ilhas Trobriand. Ele tenciona e espera poder, futuramente, publicar integralmente todos esses dados; nesse ínterim, ele nos oferece com o presente volume um estudo preliminar sobre uma faceta interessante e muito peculiar da sociedade de Trobriand: o extraordinário sistema de trocas (econômico ou comercial apenas em parte) utilizado pelos ilhéus entre si e com os habitantes das ilhas circunvizinhas.

Não precisamos refletir muito para nos convenceremos de que as forças econômicas são de suma importância em todos os estágios do desenvolvimento humano, do mais humilde ao mais elevado. A espécie humana, afinal, é parte integrante do mundo animal e, como os outros animais, precisa de um alicerce material ao qual pode sobrepor uma vida melhor — intelectual, moral e social; sem esse alicerce, esta superestrutura é impossível. A fundamentação material, que consiste na necessidade de alimento e em certo grau de calor e proteção contra os elementos, forma a base econômica ou industrial e constitui condição necessária da vida humana. Acredito que, se agora os antropólogos indevidamente negligenciaram esse aspecto, foi porque eles foram atraídos por aspectos mais elevados da

¹ Malinowski, Bronislaw, *The Family among the Australian Aborigines: A Sociological Study*. Londres, University of London Press, 1913.

² Malinowski, Bronislaw, "The Natives of Mailu: Preliminary Results of the Robert Mond Research Work in British New Guinea". *Transactions of the Royal Society of South Australia*, vol. XXXIX, 1915.

natureza humana — e não porque deliberadamente ignoraram ou subestimaram a importância e necessidade de um aspecto mais básico. Como desculpa por essa negligência, podemos também lembrar que a antropologia é ainda uma ciência jovem e que a multiplicidade dos problemas a serem enfrentados pelos estudiosos não pode ser abordada simultaneamente, mas deve ser analisada por partes, isoladamente. Seja como for, o Dr. Malinowski acertou ao enfatizar a grande importância da economia primitiva, isolando para um estudo detalhado o extraordinário sistema de trocas utilizado pelos nativos das ilhas Trobriand.

Além disso, ele sensatamente recusou limitar-se a uma simples descrição do processo de trocas: dispôs-se, em vez disso, a penetrar nos motivos que o fundamentam, bem como nos sentimentos que provoca nos nativos. Parece-me que alguns estudiosos defendem o ponto de vista de que a sociologia deve ater-se à descrição das ações, deixando para a psicologia o problema dos motivos e sentimentos. Sem dúvida, a análise das motivações e reações difere do estudo das ações e pertence, estritamente falando, ao âmbito da psicologia. Na prática, porém, o comportamento social nada significa para o observador, a não ser que ele conheça ou possa inferir pensamentos e emoções do agente. Assim, a simples descrição de atos, sem qualquer referência ao estado mental do agente, não vai de encontro aos propósitos da sociologia, cujo objetivo não é apenas registrar — mas, sim, entender o comportamento do ser humano na sociedade. Portanto, a sociologia não pode levar a cabo sua tarefa sem amparar-se, a cada passo, na psicologia.

O método do Dr. Malinowski caracteriza-se pela preocupação em levar em conta a complexidade da natureza humana. Ele observa o ser humano em sua totalidade, ciente de que o homem é uma criatura dotada de paixões tanto quanto de razão, e não poupa esforços para descobrir a base tanto racional quanto emocional do comportamento humano. O cientista, assim como o literato, tende a ver a humanidade somente em abstrato, selecionando para suas considerações apenas um aspecto dos muitos que caracterizam o ser humano em sua complexidade. Das grandes obras literárias, a de Molière pode ser usada como um exemplo típico dessa visão parcial. Todas as personagens de Molière são projetadas num só plano; uma delas é o avarento, outra o hipócrita, outra o pretensioso — e assim por diante; mas nenhuma delas é humana. São todas bonecos, vestidos de modo a parecerem seres humanos. A semelhança, porém, é apenas superficial. Por dentro, são ocas e vazias, pois a fidelidade à natureza foi sacrificada ao efeito literário. Bem diferente é a apresentação da natureza humana na obra de outros grandes autores como Cervantes e Shakespeare: suas personagens são sólidas, criadas ao molde humano em quase toda a sua multiplicidade de aspectos. Sem dúvida, nas ciências não é só legítimo mas necessário um certo grau de abstração, pois elas nada mais são do que o conhecimento elevado a potência mais alta, e todo conhecimento implica num processo de abstração e generalização: até mesmo para reconhecermos uma pessoa a quem vemos diariamente, é imprescindível usarmos certas abstrações e generalizações que sobre ela viemos fazendo, cumulativamente, no passado. Assim, a antropologia é forçada a abstrair certos aspectos da natureza humana, considerando-os à parte da realidade concreta; mais precisamente, ramifica-se ela em várias outras ciências, cada uma analisando o complexo organismo humano sob um único aspecto — físico, intelectual, moral, ou social. As conclusões gerais de cada uma dessas ciências compõem um quadro mais ou menos incompleto do ser humano como um todo — incompleto porque as facetas que o compõem correspondem a apenas algumas das muitas que o caracterizam.

A grande preocupação do Dr. Malinowski em seu presente estudo é a análise de fatos que, à primeira vista, poderíamos interpretar como uma atividade pura-

mente econômica dos habitantes das ilhas Trobriand; todavia, com a grande abertura de perspectiva e acuidade que o caracterizam, ele se dá ao cuidado de nos demonstrar que essa curiosa circulação de riquezas entre os habitantes das ilhas Trobriand e os das demais ilhas, embora acompanhada por um comércio de tipo comum, não constitui, de maneira alguma, uma forma de transação estritamente comercial; ele nos mostra que essa modalidade de troca não se fundamenta num mero cálculo utilitário de lucros e perdas; e que ela vem de encontro a necessidades emocionais e estéticas de ordem mais elevada que o simples atendimento aos requisitos da natureza animal. Tudo isso leva o Dr. Malinowski a criticar acerbamente a concepção que se faz do Homem Econômico Primitivo como um tipo de fantasma que, segundo parece, ainda infesta os livros de texto das ciências econômicas, chegando mesmo a estender sua influência nefasta às mentes de alguns antropólogos. Vestindo os farrapos abandonados pelos senhores Jeremy Bentham e Gradgrind, esse fantasma horrendo aparentemente é movido exclusivamente pela sede de lucro, o qual ele busca implacavelmente, seguindo princípios spencerianos, ao longo das linhas de menor resistência. Se realmente os bons pesquisadores acreditam que tal ficção angustiante possa encontrar paralelos na sociedade silvícola e não a vêem apenas como mera abstração útil, o relato do Dr. Malinowski sobre o *Kula* deve contribuir para destruir definitivamente este fantasma — pois o Dr. Malinowski demonstra que a transação de objetos úteis, parte integrante do *Kula*, ocupa, na mente dos nativos, uma posição inteiramente subordinada à troca de certos objetos que é feita sem quaisquer finalidades utilitárias. Combinando transações comerciais, organização social, mitos e rituais mágicos — o *Kula*, essa extraordinária instituição nativa que chega a abranger enorme extensão geográfica, parece não ter paralelos nos anais de antropologia. Mas, seu descobridor, o Dr. Malinowski, pode muito bem ter razão ao presumir que entre os povos selvagens e bárbaros existem outras instituições — se não idênticas, pelo menos semelhantes ao *Kula* — que eventualmente serão descobertas através de novas pesquisas.

Segundo o Dr. Malinowski, à importância que a magia assume nesta instituição constitui uma das facetas mais interessantes e instrutivas do *Kula*. A julgar pela maneira com que ele a descreve, a realização dos rituais de magia e o uso de fórmulas mágicas são indispensáveis ao bom êxito do *Kula* em todas as suas fases — desde a derrubada das árvores, cujos troncos são escavados e transformados em canoas, até o momento em que, terminada a expedição com êxito, as canoas e sua preciosa carga iniciam a viagem de volta ao ponto inicial. A propósito, aprendemos também que os rituais de magia e os feitiços são igualmente indispensáveis à horticultura e ao bom êxito na pesca — duas das atividades que constituem o principal meio de sustento dos nativos; o “feitiçeiro agrícola”, a quem cabe a responsabilidade de promover, através de suas fórmulas, o crescimento das plantas, é conseqüentemente um dos elementos mais importantes da aldeia, figurando hierarquicamente logo abaixo do chefe e do feitiçeiro propriamente dito. Em suma, os nativos crêem que a magia é absolutamente imprescindível, a todo e qualquer ramo de suas atividades — que é tão imprescindível ao bom êxito de um trabalho como as operações técnicas envolvidas, tais como a impermeabilização, pintura e lançamento de uma canoa, o plantio de uma horta, a colocação de uma armadilha para peixes. “A fé no poder da magia”, conta-nos o Dr. Malinowski, “é uma das principais forças psicológicas que permitem a organização e sistematização do esforço econômico nas ilhas Tobriand.”

O valioso relato do Dr. Malinowski sobre a magia como fator de grande importância para o bem-estar econômico e, de fato, para a própria sobrevivência da comunidade nativa, é suficiente para anular a hipótese errônea de que a magia, contrariamente à religião, é por sua própria natureza essencialmente

maléfica e anti-social; e que é sempre usada pelo indivíduo para promover seus próprios interesses egoístas e prejudicar seus inimigos, sem levar em conta seus efeitos sobre o bem-estar comum. A magia pode ser usada com essa finalidade e, de fato, provavelmente o é em todas as regiões do mundo; nas ilhas Trobriand também se acredita que seja praticada com fins nefandos pelos feiticeiros, que provocam nos nativos temores profundos e preocupação constante. Mas, em si, a magia não é nem benéfica nem maléfica; é simplesmente um poder imaginário de controle sobre as forças da natureza, que pode ser exercido pelo feiticeiro para o bem ou para o mal, para beneficiar o indivíduo ou a comunidade, ou para prejudicá-los. Sob esse ponto de vista, a magia está exatamente no mesmo plano das ciências, das quais vem a ser a “irmã bastarda”; também as ciências não são nem boas nem más em si, embora possam gerar tanto o bem quanto o mal, conforme a maneira como forem utilizadas. Seria absurdo, por exemplo, estigmatizar a farmacêutica como ciência anti-social por que o conhecimento das propriedades das drogas pode ser empregado tanto para curar quanto para destruir o homem. É igualmente absurdo negligenciar a aplicação benéfica da magia, atendo-se apenas a sua utilização maligna na caracterização das propriedades que a definem. As forças da natureza, sobre as quais a ciência exerce controle real e a magia controle imaginário, não são influenciadas pela disposição moral ou pela boa ou má intenção do indivíduo que se utiliza de seus conhecimentos especiais para colocá-las em movimento. A ação das drogas no organismo humano é exatamente a mesma, quer sejam elas administradas por um médico, quer por um envenenador. A natureza e as ciências não são nem benéficas nem hostis à moral; são simplesmente indiferentes a ela, e estão igualmente prontas para atender às ordens quer do santo, quer do pecador, desde que um deles lhes dê a ordem adequada. Se na artilharia as armas estão bem carregadas e apontam para o alvo certo, seu fogo será igualmente destrutivo: não importa que seus portadores sejam patriotas a lutar em defesa da pátria, ou invasores a arriscar-se numa guerra de agressão injusta. Caracterizar a ciência ou a arte em função de sua aplicabilidade, ou de acordo com a intenção moral do cientista ou artista é obviamente falacioso no que se refere à farmacêutica ou à artilharia; e o é igualmente (embora, para muitos, não tão óbvio) no que diz respeito à magia.

A grande influência da magia sobre a vida e o pensamento dos nativos das ilhas Trobriand é, no presente volume, talvez um dos aspectos que mais impressionam o leitor. O Dr. Malinowski nos conta que “a magia, tentativa humana de controlar diretamente as forças da natureza através de conhecimentos especiais, é fator fundamental e permeante na vida dos nativos das ilhas Trobriand”; é “parte integrante de todas as suas atividades industriais e comunitárias”; “todos os dados até agora analisados revelam a extrema importância da magia no sistema do *Kula*. Mas, se se tratasse de qualquer outro aspecto da vida tribal desses nativos, constataríamos igualmente que os nativos recorrem à magia toda vez que enfrentam problemas de importância vital. Podemos dizer, sem correremos o risco de exagerar, que a magia, segundo eles, governa os destinos do homem; que ela dá ao homem o poder de dominar as forças da natureza e que ela é a arma e o escudo com que o homem enfrenta todos os perigos que o rodeiam”.

Assim sendo, no ver dos ilhéus de Trobriand, a magia é uma força de suprema importância, quer para o bem, quer para o mal; ela pode construir ou aniquilar a vida de um homem; pode sustentar e proteger o indivíduo e a comunidade, ou pode prejudicá-los e destruí-los. Comparada a esta convicção universal e profundamente enraizada, a crença na existência dos espíritos dos mortos poderia, à primeira vista, parecer de pouca influência na vida daqueles nativos. Contrariamente à atitude geral entre os selvagens, os nativos de Trobriand não

temem os espíritos. Acreditam, mesmo, que os espíritos voltam às aldeias uma vez por ano, a fim de participar do grande festejo anual; mas, “de maneira geral, os espíritos não têm muita influência sobre os seres humanos, seja para o bem seja para o mal”; “nada existe da interação mútua, da colaboração íntima entre o homem e os espíritos que constitui a essência do culto religioso”. Esse predomínio conspícuo da magia sobre a religião — ou, pelo menos, sobre o culto dos mortos — é uma característica marcante da cultura dos ilhéus de Trobriand, que ocupam lugar relativamente alto na escala da selvageria. E este fato nos fornece nova prova da extraordinária força e da tenacidade da influência que essa universal ilusão tem exercido agora e sempre, sobre a mente humana.

Sem dúvida, iremos aprender muito sobre a relação entre magia e religião entre os nativos das ilhas Trobriand no relato completo das pesquisas do Dr. Malinowski.

Da observação paciente que devotou a uma única instituição e da riqueza de detalhes com que a ilustrou, podemos auferir a extensão e o valor da obra completa que está em preparação, a qual promete ser um dos trabalhos mais completos e científicos já produzidos sobre um povo selvagem.

J. G. Frazer

*Londres, The Temple,
7 de março de 1922.*

PRÓLOGO

do autor

Encontra-se a moderna etnologia em situação tristemente cômica, para não dizer trágica: no exato momento em que começa a colocar seus laboratórios em ordem, a forjar seus próprios instrumentos e a preparar-se para a tarefa indicada, o objeto de seus estudos desaparece rápida e irremediavelmente. Agora, numa época em que os métodos e objetivos da etnologia científica parecem ter se delineado; em que um pessoal adequadamente treinado para a pesquisa científica está começando a empreender viagem às regiões selvagens e a estudar seus habitantes, estes estão desaparecendo ante nossos olhos.

A pesquisa sobre raças nativas, realizada por pessoal de formação acadêmica, tem-nos fornecido provas irrefutáveis de que a investigação científica e metódica proporciona resultados melhores — e em maior número — que a dos melhores amadores. A maioria, embora não a totalidade, dos relatos científicos feitos atualmente tem revelado novos e inesperados aspectos da vida tribal: traçou, em linhas claras e precisas, um quadro de instituições sociais, que são muitas vezes surpreendentemente vastas e complexas; apresentou uma visão do nativo, tal como ele é, com suas crenças e práticas religiosas e mágicas; e nos permitiu penetrar em sua mente de maneira mais profunda do que nos era possível anteriormente. Deste material novo, que tem cunho genuinamente científico, os estudiosos de etnologia comparada já podem retirar algumas conclusões valiosas sobre a origem dos costumes, crenças e instituições humanas, sobre a história das culturas, sua difusão e contato, sobre as leis do comportamento do homem em sociedade e sobre a mentalidade humana.

A esperança de se obter uma nova visão da humanidade selvagem através do trabalho de cientistas especializados surge como uma miragem para desaparecer novamente quase no mesmo instante. Embora atualmente ainda se encontre um bom número de comunidades nativas disponíveis ao estudo científico, dentro de uma ou duas gerações essas comunidades ou suas culturas terão praticamente desaparecido. É premente a necessidade de trabalho árduo, e curto demais o tempo. Além disso, é com tristeza que se verifica, até o presente, uma falta de real interesse por parte do público nesse tipo de estudos. São poucos os pesquisadores, e o incentivo que recebem é escasso. Em vista disso, não sinto necessidade de justificar uma contribuição etnológica que é resultado de pesquisa de campo especializada.

Neste volume eu relato apenas uma das facetas da vida selvática, descrevendo certos tipos de relações comerciais que se verificam entre os nativos da Nova Guiné. Este relato foi selecionado de material etnográfico que cobre toda a cultura tribal de um distrito. Sem dúvida, para que um trabalho etnográfico seja válido, é imprescindível que cubra a totalidade de todos os aspectos — social, cultural e psicológico — da comunidade; pois esses aspectos são de tal forma

interdependentes que um não pode ser estudado e entendido a não ser levando-se em consideração todos os demais. O leitor irá perceber claramente que, embora o tema principal desta pesquisa seja econômico — pois trata de empreendimentos e transações comerciais —, constantes referências serão feitas à organização social, aos rituais mágicos, à mitologia e folclore — enfim, a todos os demais aspectos da vida tribal, além do nosso tema principal.

A região geográfica de que tratamos neste volume limita-se à dos arquipélagos situados no extremo leste da Nova Guiné. Nela, um único distrito, o das ilhas Trobriand, constitui o objeto principal de nossa pesquisa. Este, entretanto foi estudado minuciosamente. Durante aproximadamente dois anos, e no decorrer de três expedições à Nova Guiné, vivi naquele arquipélago e, naturalmente, durante esse tempo, aprendi bem a sua língua. Fiz meu trabalho completamente sozinho, vivendo nas aldeias a maior parte do tempo. Tinha constantemente ante meus olhos a vida cotidiana dos nativos e, com isso, não me podiam passar despercebidas quaisquer ocorrências, mesmo acidentais: falecimentos, brigas, disputas, acontecimentos públicos e cerimoniais.

Na atual situação em que se acha a etnografia, quando ainda há muito por fazer no sentido de se estabelecerem as diretrizes e o escopo de nossas próximas pesquisas, é necessário que cada contribuição nova se justifique em diversos pontos. Deve revelar algum progresso metodológico; deve superar os limites das pesquisas anteriores, em amplitude, em profundidade ou em ambas; e, finalmente, apresentar seus resultados de maneira precisa, mas não insípida. O especialista interessado em metodologia irá encontrar, na Introdução, nas seções II-IX e no capítulo XVIII, uma exposição dos meus pontos de vista e esforços neste sentido. Ao leitor que se preocupa com os resultados da pesquisa mais do que com o processo pelo qual foram obtidos, apresento nos capítulos IV-XXI um relato das expedições do *Kula* e dos vários costumes e crenças que a ele se acham associados. O estudioso que se interessa não só pelas descrições, mas também pela pesquisa etnográfica que as fundamenta e pela definição precisa da instituição, encontrará a primeira dessas nos capítulos I e II, e a última no capítulo III.

Ao Sr. Robert Mond desejo expressar meus maiores agradecimentos. Graças à sua generosa doação, pude levar a efeito, durante muitos anos, a pesquisa da qual esta monografia representa apenas uma parcela. Ao Sr. Atlee Hunt, C. M. G., secretário do Departamento de Habitação e Territórios do governo australiano, quero expressar meu reconhecimento pelo auxílio financeiro que obtive através de seu departamento, e também pela grande colaboração que ele me ofereceu tão prontamente. Nas ilhas Trobriand, fui imensamente auxiliado pelo Sr. B. Hancock, negociante de pérolas, a quem sou grato não só pela assistência e serviços a mim prestados, mas também pelas grandes provas de amizade que dele recebi.

Pude aperfeiçoar muito dos meus argumentos neste livro através da crítica feita por um amigo meu, o Sr. Paul Khuner, de Viena, especialista nos negócios práticos da indústria moderna e pensador altamente qualificado em assuntos econômicos. O Professor L. T. Hobhouse pacientemente leu o manuscrito, dando-me conselhos valiosos sobre diversos pontos.

Sir James Frazer, com seu prefácio, engrandece o valor deste livro muito além de seu mérito; é não só uma grande honra e de grande proveito tê-lo como autor do prefácio, mas também especial satisfação, pois minha paixão pela etnologia associa-se em sua origem à leitura de seu livro *Golden Bough* (*O Ramo Dourado*), na época em sua segunda edição.

Por último, desejo mencionar o nome não menos importante do Professor C. G. Seligman, a quem dedico este livro. A ele devo a iniciativa de minha expe-

dição; e a ele, mais do que posso expressar com palavras, sou especialmente grato pelo incentivo e aconselhamento científico que me deu tão generosamente no transcorrer de minhas pesquisas na Nova Guiné.

B. M.

*El Boquin,
Icod de Los Vinos,
Tenerife,
abril de 1921.*

AGRADECIMENTOS

A pesquisa etnográfica, por sua própria natureza, exige que o pesquisador dependa da assistência e auxílio de outros, o que ocorre muito mais frequentemente na etnografia do que em outros ramos científicos. Desejo, portanto, expressar nestas páginas meu profundo agradecimento às muitas pessoas que me ajudaram. Financeiramente, como já consta no prefácio, minha maior dívida é para com o Sr. Robert Mond, que possibilitou meu trabalho ao conceder-me a bolsa de viagens "Robert Mond" (Universidade de Londres), de 250 libras esterlinas anuais, que recebi por um período de cinco anos (1914, 1917-1920). Fui substancialmente auxiliado, também, pela doação de 250 libras obtidas através dos esforços do Sr. Atlee Hunt, C. M. G., do Departamento de Habitação e Territórios da Austrália. Da Faculdade de Ciências Econômicas de Londres recebi a bolsa de estudos "Constance Hutchinson", de 100 libras anuais, pelo período de dois anos (1915-1916). O Professor Seligman, a quem muito devo nesta pesquisa e em tantos outros assuntos, além de ajudar-me a conseguir todas essas bolsas e doações, deu-me 100 libras de seu próprio bolso, destinadas aos gastos da expedição; presenteou-me, também, com uma máquina fotográfica, um fonógrafo, instrumentos antropométricos e vários aparelhos adequados à pesquisa etnográfica. A convite e sob os auspícios do governo australiano, estive na Austrália em 1914 com a Associação Britânica para o Desenvolvimento da Ciência.

Talvez seja de interesse a futuros pesquisadores de campo notar que minha pesquisa etnográfica se desenvolveu num período de seis anos (1914-1920); fiz três expedições diferentes à região onde desenvolvi meus trabalhos e — nos intervalos entre elas — analisei o material obtido e estudei a literatura etnográfica especializada de que dispunha na época. Para isso tudo, foram-me necessários pouco mais de 250 libras anuais. Pude custear com esse dinheiro não só as despesas de viagem e pesquisa — tais como passagens, soldo de criados nativos e pagamentos a intérpretes — mas também um bom número de espécimes etnográficos, parte dos quais foi doada ao Museu Melbourne sob o título de "Coleção Robert Mond". Nada disso teria sido possível se eu não tivesse, também, recebido a ajuda de residentes da Nova Guiné. Meu amigo, o Sr. B. Hancock, de Gusaweta, nas ilhas Trobriand, permitiu-me que usasse sua casa e sua loja como base para meus aparelhos e provisões; emprestou-me seu barco em ocasiões diversas e me proveu com um lar ao qual eu podia sempre voltar em caso de necessidade ou doença. Auxiliou-me no trabalho fotográfico, fornecendo-me, inclusive, um bom número de suas próprias chapas fotográficas, muitas das quais se encontram reproduzidas neste livro (ilustrações XV, XXXVII e L-LII).

Outros negociantes de pérolas e comerciantes das ilhas Trobriand foram também bastante pacientes comigo — de modo especial, o Sr. e a Sra. Raphael Brudo, de Paris; os Srs. C. e G. Auerbach; e o finado Sr. Mick George. Todos eles me ajudaram bastante em diversos aspectos do meu trabalho e ofereceram sua bondosa hospitalidade.

Durante os intervalos em Melbourne, fui grandemente auxiliado em meus estudos pelos funcionários da excelente Biblioteca Pública de Victoria; a todos eles expressei minha gratidão através do bibliotecário, Sr. E. La Touche Armstrong, meu amigo Sr. E. Pitt, o Sr. Cooke e outros.

Dois mapas e duas ilustrações acham-se aqui reproduzidos por gentil concessão do Professor Seligman, retirados que foram de seu livro *Os Melanésios da Nova Guiné Britânica*. Desejo, também, expressar meus agradecimentos ao Capitão T. A. Joyce, editor da revista *Man*, que me permitiu usar aqui fotos anteriormente publicadas naquele periódico.

O Sr. William Swan Stallybrass, Diretor Gerente Senior, da editora Geo. Routledge & Sons, Ltd., não poupou esforços no sentido de certificar-se de que todas as minhas indicações referentes a detalhes científicos fossem seguidas à risca na publicação deste livro. A ele, portanto, desejo também manifestar meu sincero agradecimento.

Nota fonética

Os nomes e vocábulos nativos empregados neste texto seguem a regras simples de pronúncia, conforme recomendação da Sociedade Geográfica Real e do Instituto Antropológico Real. As vogais devem ser pronunciadas como em italiano, e as consoantes como em inglês. Esta grafia é bastante adequada para reproduzir razoavelmente bem os sons das línguas da Nova Guiné. O apóstrofo colocado entre duas vogais indica que estas se devem pronunciar separadamente, *i. e.*, não formam ditongo. Na maioria dos casos, acentua-se a penúltima, raramente a antepenúltima sílaba. Todas as sílabas devem ser anunciadas com clareza e precisão.

INTRODUÇÃO

Tema, método e objetivo desta pesquisa

I

Com raras exceções, as populações costeiras das ilhas do sul do Pacífico são — ou foram, antes de sua extinção — constituídas de hábeis navegadores e comerciantes. Muitas delas produziram excelentes variedades de canoas grandes para navegação marítima, usadas em expedições comerciais a lugares distantes ou incursões de guerra ou conquistas. Os papua-melanésios, habitantes da costa e das ilhas periféricas da Nova Guiné, não são exceção a esta regra. São todos, de maneira geral, navegadores destemidos, artesãos laboriosos, comerciantes perspicazes. Os centros de manufatura de artigos importantes — tais como artefatos de cerâmica, implementos de pedra, canoas, cestas finas e ornamentos de valor — encontram-se em localidades diversas, de acordo com a habilidade dos habitantes, a tradição herdada por cada tribo e as facilidades especiais existentes em cada distrito. Destes centros os artigos manufaturados são transportados a diversos locais, por vezes a centenas de milhas de distância, a fim de serem comerciados.

Encontram-se, entre as várias tribos, formas bem definidas de comércio ao longo de rotas comerciais específicas. Entre os motu de Port Moresby e as tribos do golfo Papua encontra-se uma das mais notáveis formas de comércio. Os motu navegam centenas de milhas em suas toscas e pesadas canoas, chamadas *lakatoi*, munidas das características velas em forma de “pinça de caranguejo”. Trazem artefatos de cerâmica e ornamentos feitos de conchas e, em épocas anteriores, lâminas de pedra aos habitantes do golfo Papua, deles obtendo em troca o sagu³ e os pesados troncos escavados que são mais tarde usados pelos motu na construção de suas canoas *lakatoi*.⁴

Mais para o leste, na costa sul, vivem os mailu, população laboriosa e navegadora que, através de expedições feitas anualmente, servem de elo entre o extremo leste da Nova Guiné e as tribos da costa central.⁵

Há, finalmente, os nativos das ilhas e arquipélagos, espalhados no extremo leste que também se encontram em constantes relações comerciais uns com os outros. No livro do Professor Seligman o leitor encontrará uma excelente descrição sobre o assunto, especialmente no que se refere às rotas comerciais mais próximas existentes entre as várias ilhas habitadas pelos massim meridionais.⁶ A par desse tipo de comércio, existe entretanto outro sistema, bastante extenso e altamente complexo, que abrange, em suas ramificações, não só as ilhas próximas

³ O sagu é uma espécie de goma preparada com a polpa de determinados tipos de palmeira e usada na confecção de pudins, etc. (N. do T.)

⁴ Essas expedições, a que os motu chamam de *hiri*, são narradas com precisão e admirável riqueza de detalhes pelo Capitão F. Barton, no livro *The Melanesians of British New Guinea*, de autoria do Professor C. G. Seligman (capítulo VIII, Cambridge, 1910).

⁵ Cf. Malinowski, Bronislaw, “The Mailu”, em *Transactions of the Royal Society of South Australia*, 1915; capítulo IV, pp. 612-629.

⁶ *Op. cit.*, capítulo XL.

ao extremo leste da Nova Guiné, mas também as Lusíadas, a ilha de Woodlark, o arquipélago de Trobriand, e o grupo d'Entrecasteaux; penetra no interior da Nova Guiné e exerce influência indireta sobre vários distritos circunvizinhos, tais como a ilha de Rossel e algumas porções dos litorais sul e norte da Nova Guiné. Esse sistema de comércio, o *Kula*, é o que me proponho a descrever neste volume e como veremos mais adiante, trata-se de um fenômeno econômico de considerável importância teórica. Ele assume uma importância fundamental na vida tribal e sua importância é plenamente reconhecida pelos nativos que vivem no seu círculo, cujas idéias, ambições, desejos e vaidade estão intimamente relacionadas ao *Kula*.

II

Antes de iniciarmos aqui o relato sobre o *Kula*, será interessante apresentar uma descrição dos métodos utilizados na coleta do material etnográfico. Os resultados da pesquisa científica, em qualquer ramo do conhecimento humano, devem ser apresentados de maneira clara e absolutamente honesta. Ninguém sonharia em fazer uma contribuição às ciências físicas ou químicas sem apresentar um relato detalhado de todos os arranjos experimentais, uma descrição exata dos aparelhos utilizados, a maneira pela qual se conduziram as observações, o número de observações, o tempo a elas devotado e, finalmente, o grau de aproximação com que se realizou cada uma das medidas. Nas ciências menos exatas, tais como a biologia e a geologia, isso não se pode fazer com igual rigor; mas os estudiosos dessas ciências não medem esforços no sentido de fornecer ao leitor todos os dados e condições em que se processou o experimento e se fizeram as observações. A etnografia, ciência em que o relato honesto de todos os dados é talvez ainda mais necessário que em outras ciências, infelizmente nem sempre contou no passado com um grau suficiente deste tipo de generosidade. Muitos dos seus autores não utilizam plenamente o recurso da sinceridade metodológica ao manipular os fatos e apresentam-nos ao leitor como que extraídos do nada.

Facilmente poderíamos citar muitas obras de grande reputação e cunho aparentemente científico, nas quais se fazem as mais amplas generalizações, sem que os autores nos revelem algo sobre as experiências concretas que os levaram às suas conclusões. Em obras desse tipo, não há nenhum capítulo ou parágrafo destinado ao relato das condições sob as quais foram feitas as observações e coletadas as informações. A meu ver, um trabalho etnográfico só terá valor científico irrefutável se nos permitir distinguir claramente, de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom-senso e intuição psicológica.⁷ O resumo que apresento mais adiante (seção VI deste capítulo) ilustra a linha de pesquisa a ser observada. É necessária a apresentação desses dados para que os leitores possam avaliar com precisão, num passar de olhos, quão familiarizado está o autor com os fatos que descreve e sob que condições obteve as informações dos nativos.

Nas ciências históricas, como já foi dito, ninguém pode ser visto com seriedade se fizer mistério de suas fontes e falar do passado como se o conhecesse por adivinhação. Na etnografia, o autor é, ao mesmo tempo, o seu próprio cronista e historiador; suas fontes de informação são, indubitavelmente, bastante

⁷ No que diz respeito à metodologia, devemos à Cambridge School of Anthropology a introdução de critérios realmente científicos no tratamento do problema. Especialmente nas obras de Haddon, Rivers e Seligman há sempre perfeita distinção entre *observação dos fatos e conclusões* e nelas podemos claramente perceber sob que condições e circunstâncias foram realizadas as pesquisas.

acessíveis, mas também extremamente enganosas e complexas; não estão incorporadas a documentos materiais fixos, mas sim ao comportamento e memória de seres humanos. Na etnografia, é freqüentemente imensa a distância entre a apresentação final dos resultados da pesquisa e o material bruto das informações coletadas pelo pesquisador através de suas próprias observações, das asserções dos nativos, do caleidoscópio da vida tribal. O etnógrafo tem que percorrer esta distância ao longo dos anos laboriosos que transcorrem desde o momento em que pela primeira vez pisa numa praia nativa e faz as primeiras tentativas no sentido de comunicar-se com os habitantes da região, até à fase final dos seus estudos, quando redige a versão definitiva dos resultados obtidos. Uma breve apresentação acerca das tribulações de um etnógrafo — as mesmas por que passei — pode trazer mais luz à questão do que qualquer argumentação muito longa e abstrata.

III

Imagine-se o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista. Tendo encontrado um lugar para morar no alojamento de algum homem branco — negociante ou missionário — você nada tem para fazer a não ser iniciar imediatamente seu trabalho etnográfico. Suponhamos, além disso, que você seja apenas um principiante, sem nenhuma experiência, sem roteiro e sem ninguém que o possa auxiliar — pois o homem branco está temporariamente ausente ou, então, não se dispõe a perder tempo com você. Isso descreve exatamente minha iniciação na pesquisa de campo, no litoral sul da Nova Guiné. Lembro-me bem das longas visitas que fiz às aldeias durante as primeiras semanas; do sentimento de desespero e desalento após inúmeras tentativas obstinadas mas inúteis para tentar estabelecer contato real com os nativos e deles conseguir material para a minha pesquisa. Passei por fases de grande desânimo, quando então me entregava à leitura de um romance qualquer, exatamente como um homem que, numa crise de depressão e tédio tropical, se entrega à bebida.

Imagine-se entrando pela primeira vez na aldeia, sozinho ou acompanhado de seu guia branco. Alguns dos nativos se reúnem ao seu redor — principalmente quando sentem cheiro de tabaco. Outros, os mais velhos e de maior dignidade, continuam sentados onde estão. Seu guia branco possui uma rotina própria para tratar os nativos; ele não compreende e nem se preocupa muito com a maneira como você, o etnógrafo, terá que aproximar-se deles. A primeira visita o enche da esperança de que, ao voltar sozinho, as coisas lhe serão mais fáceis. Era isso, pelo menos, que eu esperava.

Realmente, voltei como planejava. Logo reuniram-se os nativos ao meu redor. Trocamos alguns cumprimentos em inglês *pidgin*,* dei-lhes um pouco de tabaco — e assim criou-se entre nós uma atmosfera de mútua cordialidade. Tentei, então, dar início ao meu trabalho. Primeiro; comecei por “fazer” tecnologia, a fim de não entrar diretamente em assuntos que pudessem levantar suspeitas entre os nativos. Alguns deles estavam absortos em suas ocupações, fabricando este ou aquele objeto. Foi fácil observá-los e deles obter os nomes dos instrumentos que estavam usando, e até mesmo algumas expressões técnicas relativas aos seus métodos de trabalho; mas ficou nisso o assunto. Devemos ter em mente que o inglês *pidgin* é um instrumento muito imperfeito como veículo de

* N. do revisor: Inglês modificado e simplificado usado como língua franca em diversas regiões do Pacífico.

comunicação. Até que se adquira prática em formular perguntas e entender respostas, tem-se a impressão desconfortável de que, através do inglês *pidgin*, jamais conseguiremos comunicar-nos livremente com os nativos. Assim sendo, no começo não me foi possível entrar em conversas mais explícitas ou detalhadas com os nativos. Eu sabia perfeitamente que a melhor solução para esse problema era coletar dados concretos, e, assim, passei a fazer um recenseamento da aldeia: anotei genealogias, esbocei alguns desenhos, fiz uma relação dos termos de parentesco. Isso tudo, porém, permanecia material "morto" que realmente não me podia levar a entender a verdadeira mentalidade e comportamento dos nativos, pois eu não conseguia obter deles nenhuma boa interpretação de quaisquer desses itens nem atingir o significado intrínseco da vida tribal. Quanto a obter suas idéias sobre religião e magia, suas crenças sobre feitiçaria e espíritos — nada disso parecia possível, exceto algumas noções sobre o seu folclore, noções essas muito distorcidas pelo fato de serem expressas em inglês *pidgin*.

As informações que me foram dadas por alguns dos moradores brancos do distrito, apesar de válidas para o meu trabalho, eram ainda mais decepcionantes. Os brancos, não obstante seus longos anos de contato com os nativos, e apesar da excelente oportunidade de observá-los e comunicar-se com eles, quase nada sabiam sobre eles. Como poderia eu, então, no prazo de apenas alguns meses, ou até mesmo de um ano, esperar conseguir mais que o homem branco da região? Além disso, o modo como meus informantes brancos se referiam aos nativos e expressavam suas opiniões revelava, naturalmente, mentes não disciplinadas e, portanto, não acostumadas a formular seus pensamentos com precisão e coerência. Ainda mais, em sua maioria, como era de esperar, esses homens tinham preconceitos e opiniões já sedimentadas, coisas essas inevitáveis no homem comum, seja ele administrador, missionário ou negociante, mas repulsivas àqueles que buscam uma visão objetiva e científica da realidade. O hábito de tratar com uma trivialidade mesclada de auto-satisfação tudo que é realmente importante para o etnógrafo, o menosprezo pelo que constitui para o pesquisador um tesouro científico, isto é, a independência e as peculiaridades mentais e culturais dos nativos, tudo isto, tão comum nos livros de amadores, eu encontrei no tom da maioria dos residentes brancos.⁸

De fato, em minha primeira pesquisa etnográfica no litoral sul, foi somente quando me vi só no distrito que pude começar a realizar algum progresso nos meus estudos e, de qualquer forma, descobri onde estava o segredo da pesquisa de campo eficaz. Qual é, então, esta magia do etnógrafo, com a qual ele consegue evocar o verdadeiro espírito dos nativos, numa visão autêntica da vida tribal? Como sempre, só se pode obter êxito através da aplicação sistemática e paciente de algumas regras de bom-senso assim como de princípios científicos bem conhecidos, e não pela descoberta de qualquer atalho maravilhoso que conduza ao resultado desejado, sem esforços e sem problemas. Os princípios metodológicos podem ser agrupados em três unidades: em primeiro lugar, é lógico, o pesquisador deve possuir objetivos genuinamente científicos e conhecer os valores e critérios da etnografia moderna. Em segundo lugar, deve o pesquisador assegurar boas condições de trabalho, o que significa, basicamente, viver mesmo entre os nativos, sem depender de outros brancos. Finalmente, deve ele aplicar certos métodos especiais de coleta, manipulação e registro da evidência. Algumas palavras são necessárias a respeito desses três fundamentos da pesquisa de campo. Começamos pelo segundo, o mais elementar dos três.

⁸ Devo dizer, entretanto, que houve exceções admiráveis: meus amigos Billy Hancock, nas ilhas Trobriand; o Sr. Raphael Brudo, também negociante de pérolas; e o missionário, Sr. M. K. Gilmour.

IV

Condições adequadas à pesquisa etnográfica. Como já dissemos, o pesquisador deve, antes de mais nada, procurar afastar-se da companhia de outros homens brancos, mantendo-se assim em contato o mais íntimo possível com os nativos. Isso realmente só se pode conseguir acampando dentro das próprias aldeias (veja fig. 1 e 2). É muito bom quando se pode manter uma base na residência de um homem branco, para guardar os suprimentos e saber que lá se pode obter proteção e refúgio em casos de doença ou no caso de estafa da vida nativa. Mas deve ser um local suficientemente longe para que não se transforme em lugar de residência permanente, do qual só se emerge em horas certas para “estudar a aldeia”. Não deve sequer ser perto o suficiente para que se possa ir até ele a qualquer momento, em busca de distração. Os nativos, é verdade, não são os companheiros naturais do homem civilizado; após convivermos com eles durante longas horas, observando-os no trabalho do plantio e ouvindo-os discorrer sobre itens de seu folclore ou discutindo seus costumes, é natural que sintamos falta da companhia de nossos iguais. Mas, se nos encontramos sós na aldeia — ou, em outras palavras, sem a companhia do homem branco — podemos fazer um passeio solitário durante uma ou duas horas, voltar e, então, como acontece naturalmente, procurar a companhia dos próprios nativos, desta feita como lenitivo à solidão, como se faria com qualquer outra. Através deste relacionamento natural, aprendemos a conhecê-los, familiarizamo-nos com seus costumes e crenças de modo muito melhor do que quando dependemos de informantes pagos e, como freqüentemente acontece, entediados.

É enorme a diferença entre o relacionar-se esporadicamente com os nativos e estar efetivamente em contato com eles. Que significa estar em contato? Para o etnógrafo significa que sua vida na aldeia, no começo uma estranha aventura por vezes desagradável, por vezes interessantíssima, logo assume um caráter natural em plena harmonia com o ambiente que o rodeia.

Pouco depois de me haver fixado em Omarakana (ilhas Trobriand), comecei, de certo modo, a tomar parte na vida da aldeia; a antecipar com prazer os acontecimentos importantes e festivos; a assumir um interesse pessoal nas maledicências e no desenvolvimento dos pequenos acontecimentos da aldeia; a acordar todas as manhãs para um dia em que minhas expectativas eram mais ou menos as mesmas que as dos nativos. Saía de meu mosquitoireiro para encontrar ao meu redor os primeiros burburinhos da vida da aldeia, ou os nativos já trabalhando há várias horas, de acordo com o tempo e a época do ano, pois eles se levantam e começam seu trabalho às vezes cedo, às vezes tarde, conforme sua urgência. No meu passeio matinal pela aldeia, podia observar detalhes íntimos da vida familiar — os nativos fazendo sua toalete, cozinhando, comendo; podia observar os preparativos para os trabalhos do dia, as pessoas saindo para realizar suas tarefas; grupos de homens e mulheres ocupados em trabalhos de manufatura (veja fig. 3). Brigas, brincadeiras, cenas de família, incidentes geralmente triviais, às vezes dramáticos, mas sempre significativos, formavam a atmosfera da minha vida diária, tanto quanto a da deles. Com o passar do tempo, acostumados a ver-me constantemente, dia após dia, os nativos deixaram de demonstrar curiosidade ou alarma em relação à minha pessoa nem se sentiam tolhidos com minha presença — deixei de representar um elemento perturbador na vida tribal que devia estudar, alterando-a com minha aproximação, como sempre acontece com um estrangeiro em qualquer comunidade selvagem. Sabendo que eu meteia o nariz em tudo, até mesmo nos assuntos em que um nativo bem educado jamais ousaria intrometer-se, os nativos realmente acabaram por aceitar-me como parte de sua

vida, como um mal necessário, como um aborrecimento mitigado por doações de tabaco.

Tudo o que se passava no decorrer do dia estava plenamente ao meu alcance e não podia, assim, escapar à minha observação. O alarma ante a aproximação do feiticeiro, à noite; uma ou duas brigas e questões realmente sérias, os casos de doença e as tentativas de cura; os falecimentos; os rituais de magia que deviam ser realizados — todas essas coisas ocorriam bem diante dos meus olhos e, por assim dizer, à soleira de minha porta (veja fig. 4); eu não precisava sair à procura delas, nem me preocupava com a possibilidade de perdê-las. Devo ressaltar que, se algo dramático ou importante ocorre, é imprescindível que o investigemos imediatamente, no momento em que acontece, pois então os nativos naturalmente não podiam deixar de comentar o ocorrido, estando demasiado excitados para ser reticentes e demasiado interessados para ter preguiça mental de relatar os detalhes do incidente. Muitas e muitas vezes também cometi erros de etiqueta que os nativos, já bem acostumados comigo, me apontavam imediatamente. Tive de aprender a comportar-me como eles e desenvolvi uma certa percepção para aquilo que eles consideravam como “boas” ou “más” maneiras. Dessa forma, com a capacidade de aproveitar sua companhia e participar de alguns de seus jogos e divertimentos, fui começando a sentir que entrara realmente em contato com os nativos. Isso constitui, sem dúvida alguma, um dos requisitos preliminares essenciais à realização e ao bom êxito da pesquisa de campo.

V

Não é suficiente, todavia, que o etnógrafo coloque suas redes no local certo e fique à espera de que a caça caia nelas. Ele precisa ser um caçador ativo e atento, atraindo a caça, seguindo-a cautelosamente até a toca de mais difícil acesso. Isto exige o emprego de métodos mais eficazes na procura de fatos etnográficos. No fim da seção III falamos da necessidade de o etnógrafo inspirar-se nos resultados mais recentes do estudo científico, em seus princípios e objetivos. Não vou discorrer extensivamente sobre o assunto — desejo apenas fazer uma observação e, com ela, evitar a possibilidade de equívocos. Conhecer bem a teoria científica e estar a par de suas últimas descobertas não significa estar sobrecarregado de idéias preconcebidas. Se um homem parte numa expedição decidido a provar certas hipóteses e é incapaz de mudar seus pontos de vista constantemente, abandonado-os sem hesitar ante a pressão da evidência, sem dúvida seu trabalho será inútil. Mas, quanto maior for o número de problemas que leve consigo para o trabalho de campo, quanto mais esteja habituado a moldar suas teorias aos fatos e a decidir quão relevantes eles são às suas teorias, tanto mais estará bem equipado para o seu trabalho de pesquisa. As idéias preconcebidas são perniciosas a qualquer estudo científico; a capacidade de levantar problemas, no entanto, constitui uma das maiores virtudes do cientista — esses problemas são revelados ao observador através de seus estudos teóricos.

Em etnologia, os primeiros trabalhos de Bastian, Tylor, Morgan e dos *Völkerpsychologen* alemães reformularam as informações antigas e toscas de viajantes, missionários, etc., mostrando-nos quão importante à pesquisa é a aplicação de concepções mais profundas e o abandono dos conceitos primitivos e inadequados⁹

⁹ De acordo com a terminologia científica, uso aqui a palavra ETNOGRAFIA para descrever os resultados empíricos e descritivos da ciência do homem; e a palavra ETNOLOGIA para referir-me às teorias especulativas e comparativas.

Os conceitos de “fetichismo” e “culto ao demônio”, termos vazios de significado, foram suplantados pelo conceito de animismo. O entendimento e a utilização dos sistemas classificatórios de relações abriram novos caminhos às modernas e brilhantes pesquisas sobre a sociologia nativa, através dos trabalhos de pesquisa de campo realizados pelos cientistas de Cambridge. A análise psicológica introduzida pelos pensadores alemães tornou possíveis as valiosas informações conseguidas pelas recentes expedições alemãs à África, à América do Sul e ao Pacífico. Simultaneamente, o trabalho teórico de Frazer, Durkheim e outros já inspirou e por muito tempo continuará a inspirar os pesquisadores de campo, conduzindo-os a novas descobertas. O pesquisador de campo depende inteiramente da inspiração que lhe oferecem os estudos teóricos. É certamente possível que ele próprio seja também um pensador teórico; nesse caso, encontrará em si próprio todo o estímulo à sua pesquisa. Mas as duas funções são bem distintas uma da outra, e na pesquisa propriamente dita devem ser separadas tanto cronologicamente quanto em condições de trabalho.

Como geralmente acontece quando o interesse científico se volta para um campo explorado apenas pela curiosidade de amadores, a etnologia trouxe leis e ordem àquilo que parecia caótico e anômalo. Transformou o extraordinário, inexplicável e primitivo mundo dos “selvagens” numa série de comunidades bem organizadas, regidas por leis, agindo e pensando de acordo com princípios coerentes. A palavra “selvagem”, qualquer que tenha sido sua acepção primitiva, conota liberdade ilimitada, algo irregular, mas extremamente, extraordinariamente original. A idéia geral que se faz é a de que os nativos vivem no seio da natureza, fazendo mais ou menos aquilo que podem e querem, mas presos a crenças e apreensões irregulares e fantasmagóricas. A ciência moderna, porém, nos mostra que as sociedades nativas têm uma organização bem definida, são governadas por leis, autoridade e ordem em suas relações públicas e particulares, e que estão, além de tudo, sob o controle de laços extremamente complexos de raça e parentesco. De fato, podemos constatar nas sociedades nativas a existência de um entrelaçado de deveres, funções e privilégios intimamente associados a uma organização tribal, comunitária e familiar bastante complexa (veja fig. 4). As suas crenças e costumes são coerentes, e o conhecimento que os nativos têm do mundo exterior lhes é suficiente para guiá-los em suas diversas atividades e empreendimentos. Suas produções artísticas são prenhes de sentido e beleza.

Estamos hoje muito longe da afirmação feita há muitos anos por uma célebre autoridade que, ao responder uma pergunta sobre as maneiras e os costumes dos nativos, afirmou: “Nenhum costume, maneiras horríveis”. Bem diversa é a posição do etnógrafo moderno que, armado com seus quadros de termos de parentesco, gráficos genealógicos, mapas, planos e diagramas, prova a existência de uma vasta organização nativa, demonstra a constituição da tribo, do clã e da família e apresenta-nos um nativo sujeito a um código de comportamento e de boas maneiras tão rigoroso que, em comparação, a vida nas cortes de Versalhes e do Escorial parece bastante informal¹⁰.

¹⁰ O legendário “velho autor” que julgou os nativos bestiais e destituídos de costumes é ultrapassado em suas idéias por um autor moderno que, ao referir-se aos nativos da tribo dos massim do sul, com os quais conviveu e trabalhou “em contato íntimo” durante muitos anos, afirma: “... Ensinamos a homens sem lei a obediência; aos brutos, o amor; aos selvagens, a civilização”. Em seguida, afirma também: “Guiado, em sua conduta, apenas por tendências e instintos, e governado por suas paixões irrefreadas...” “Sem leis, desumano e selvagem!” Uma deformação mais grosseira da realidade não poderia ter sido inventada por alguém que desejasse parodiar o ponto de vista missionário. As setenças entre aspas foram transcritas da obra *Savage Life in New Guinea*, não datada, de autoria do Reverendo C. W. Abel, da London Missionary Society.

O objetivo fundamental da pesquisa etnográfica de campo é, portanto, estabelecer o contorno firme e claro da constituição tribal e delinear as leis e os padrões de todos os fenômenos culturais, isolando-os de fatos irrelevantes. É necessário, em primeiro lugar, descobrir-se o esquema básico da vida tribal. Este objetivo exige que se apresente, antes de mais nada, um levantamento geral de todos os fenômenos, e não um mero inventário das coisas singulares e sensacionais — e muito menos ainda daquilo que parece original e engraçado. Foi-se o tempo em que se aceitavam relatos nos quais o nativo aparecia como uma caricatura infantil do ser humano. Relatos desse tipo são falsos — e, como tal, a ciência os rejeita inteiramente. O etnógrafo de campo deve analisar com seriedade e moderação todos os fenômenos que caracterizam cada aspecto da cultura tribal sem privilegiar aqueles que lhe causam admiração ou estranheza em detrimento dos fatos comuns e rotineiros. Deve, ao mesmo tempo, perscrutar a cultura nativa *na totalidade de seus aspectos*. A lei, a ordem e a coerência que prevalecem em cada um desses aspectos são as mesmas que os unem e fazem deles um todo coerente.

O etnógrafo que se propõe estudar apenas a religião, ou somente a tecnologia, ou ainda exclusivamente a organização social, estabelece um campo de pesquisa artificial e acaba por prejudicar seriamente seu trabalho.

VI

Estabelecido esse princípio geral, passemos agora a considerações mais detalhadas sobre metodologia. Na pesquisa de campo, como acabamos de dizer, o etnógrafo tem o dever e a responsabilidade de estabelecer todas as leis e regularidades que regem a vida tribal, tudo que é permanente e fixo; apresentar a anatomia da cultura e descrever a constituição social. Mas estes elementos, apesar de cristalizados e permanentes, não se encontram *formulados* em lugar nenhum. Não há códigos de lei, escritos ou expressos explicitamente; toda a tradição tribal e sua estrutura social inteira estão incorporadas ao mais elusivo dos materiais: o próprio ser humano. Mas nem mesmo na mente ou na memória do nativo se podem encontrar estas leis definitivamente formuladas. Os nativos obedecem às ordens e à força do código tribal, mas não as entendem, do mesmo modo como obedecem a seus próprios instintos e impulsos, embora sejam incapazes de formular qualquer lei da psicologia. As regularidades existentes nas instituições nativas são resultado automático da ação recíproca das forças mentais da tradição e das condições materiais do meio ambiente. Da mesma forma que os membros mais humildes de qualquer instituição moderna — seja o Estado, a Igreja, o Exército, etc. — *pertencem* a ela e *nela* se encontram, sem ter visão da ação integral do todo e, menos ainda, sem poder fornecer detalhes de sua organização, seria inútil interpelar o nativo em termos sociológicos abstratos. A única diferença, no caso, é que cada uma das instituições da sociedade civilizada possui, em seu meio, elementos inteligentes, historiadores, arquivos e documentos; no caso da sociedade nativa, nada disso existe. Depois que se constata essa dificuldade, é necessário que se procure um recurso através do qual superá-la. O recurso para o etnógrafo é coletar dados concretos sobre todos os fatos observados e através disso formular as inferências gerais. Este princípio parece ser muito simples e evidente; mas a verdade é que não foi descoberto, ou pelo menos utilizado, na etnografia até o aparecimento das primeiras pesquisas de campo feitas pelos homens de ciência. Além disso, na prática, é muito difícil planejar-se a aplicação efetiva desse método e desenvolvê-lo de maneira sistemática e coerente.

Embora os nativos jamais nos possam fornecer regras gerais e abstratas, há sempre a possibilidade de os interpelarmos sobre a solução que dariam a determinados problemas. Assim, por exemplo, se quisermos saber seu modo de tratar

ou punir os criminosos, uma pergunta direta, do tipo "Como são tratados e punidos os criminosos?" é inútil — e, além de tudo, impraticável, pois que não existem na linguagem nativa, ou mesmo no inglês *pidgin*, palavras adequadas com que expressá-la. Mas um incidente imaginário — ou, melhor ainda, uma ocorrência real, estimula o nativo a expressar sua opinião e a fornecer muitas informações. Com efeito, um fato realmente ocorrido incita os nativos a uma série de comentários, neles evocando expressões de indignação, fazendo com que se dividam em suas opiniões e, provavelmente, em tudo isso iremos não só encontrar uma grande variedade de pontos de vista já formados e censuras morais bem definidas, mas também descobrir o mecanismo social ativado pelo crime em questão. A partir daí é fácil levá-los a falar sobre outros casos semelhantes, a lembrar-se de outros acontecimentos, a discuti-los em todos os seus aspectos e implicações. Deste material, que deve cobrir o maior número possível de fatos, a inferência é obtida por simples indução. O tratamento científico difere do senso comum, primeiro, pelo fato de que o cientista se empenha em continuar sua pesquisa sistemática e metodicamente, até que ela esteja completa e contenha, assim, o maior número possível de detalhes; segundo, porque, dispondo de um cabedal científico, o investigador tem a capacidade de conduzir a pesquisa através de linhas de efetiva relevância e a objetivos realmente importantes. Com efeito, o treinamento científico tem por finalidade fornecer ao pesquisador um "esquema mental" que lhe sirva de apoio e permita estabelecer o roteiro a seguir em seus trabalhos.

Voltando ao nosso exemplo: através da discussão, com os nativos, de uma série de fatos realmente ocorridos, o etnógrafo tem a oportunidade de conhecer bem o mecanismo social ativado, por exemplo, no processo de punição de um crime. Isso constitui uma das partes ou aspectos da autoridade tribal. Imaginemos também que, através de métodos indutivos, análogos ao anterior e baseados em dados concretos e específicos, o pesquisador passe a entender diferentes aspectos da vida nativa tais como a liderança na guerra, nos empreendimentos econômicos, nas festividades da tribo; nisso tudo ele terá os dados necessários para formular teorias relativas ao governo e autoridade social tribal. Na prática, a comparação dos diversos dados assim obtidos, a tentativa de reuni-los num todo coerente, revela muitas vezes lacunas e falhas na informação que nos levam a novas investigações.

Com base em minha própria experiência, posso afirmar que muitas vezes, somente ao fazer um esboço preliminar dos resultados de um problema aparentemente resolvido, fixado e esclarecido, é que eu deparava com enormes deficiências em meu estudo — deficiências essas que indicavam a existência de problemas até então desconhecidos e me forçavam a novas investigações. Com efeito, passei alguns meses, no intervalo entre minha primeira e segunda expedições — e bem mais de um ano entre a segunda e a terceira — revendo o material todo que tinha em mãos e preparando, inclusive, algumas porções dele para publicação, mesmo ciente, a cada passo, de que teria de reescrevê-lo. Essa dupla atividade de trabalho construtivo e observação foi-me bastante valiosa e, sem ela, não creio que teria conseguido progredir em minha pesquisa. Faço este pequeno aparte com relação ao desenvolvimento de meus trabalhos apenas para mostrar ao leitor que tudo o que até agora venho afirmando está longe de ser um programa vazio — é, muito pelo contrário, o resultado de experiências vividas. No presente volume, faço uma descrição do *Kula*, instituição nativa dotada de uma enorme variedade de aspectos e associada a um sem-número de atividades. Aos que refletirem um pouco sobre o assunto, ficará claro que as informações a respeito de um fenômeno tão complexo e de tantas ramificações como o *Kula* não poderiam ser completas e exatas não fosse pela constante inter-relação entre esforços construtivos e testes empíricos. Com efeito, fiz esboços da instituição do *Kula* pelo

menos uma meia dúzia de vezes, não só durante minha pesquisa *in loco*, mas também nos intervalos entre uma e outra expedição. A cada nova tentativa, novos problemas e dificuldades apareciam.

A coleta de dados referentes a um grande número de fatos é, pois, uma das fases principais da pesquisa de campo. Nossa responsabilidade não se deve limitar à enumeração de alguns exemplos apenas; mas sim, obrigatoriamente, ao levantamento, na medida do possível exaustivo, de todos os fatos ao nosso alcance. Na busca desses fatos, terá mais êxito o pesquisador cujo “esquema mental” for mais lúcido e completo. Sempre que o material da pesquisa o permitir, esse “esquema mental” deve, todavia, transformar-se num “esquema real” — ou seja, materializar-se na forma de diagramas, planos de estudo e pesquisa e quadros sinóticos completos. Há já bastante tempo esperamos encontrar, em todos os bons livros atuais sobre a vida nativa, uma lista completa ou um quadro de termos de parentesco que inclua todos os dados relevantes, e não apenas a seleção de algumas expressões de parentesco ou relações genealógicas anômalas. Nas investigações sobre parentesco, o estudo consecutivo das relações de um indivíduo para outro, em casos concretos, leva naturalmente à construção de gráficos genealógicos. Esse método, posto em prática já pelos melhores escritores antigos — tais como Munzinger e, se não me falha a memória, Kubary — encontrou máximo desenvolvimento nos trabalhos do Dr. Rivers. Também no caso das transações econômicas, em estudos feitos com o objetivo de traçar as origens de um objeto de valor e aferir a natureza de sua circulação, de igual forma devemos estudar, exaustivamente, todos os dados concretos — o que nos levaria à construção de quadros sinóticos das transações, tais quais os encontramos na obra do Professor Seligman.¹¹ Foi seguindo o exemplo do Professor Seligman neste assunto que consegui decifrar alguns dos princípios mais difíceis e complicados do *Kula*. Esse método de se condensarem em mapas ou quadros sinóticos os dados de informação, deve sempre, na medida do possível, ser aplicado ao estudo de praticamente todos os aspectos da vida nativa. Todos os tipos de transações econômicas podem ser estudados analisando-se dados concretos, relacionando-os uns aos outros e colocando-os em quadros sinóticos. Da mesma forma, deve-se fazer um quadro sinótico de todos os presentes que costumeiramente se fazem numa determinada comunidade nativa, incluindo-se nele a definição sociológica, cerimonial e econômica referente a cada item. Do mesmo modo, sistemas mágicos, séries de cerimônias interligadas, tipos de ações legais — todos devem ser colocados em quadros deste tipo, cada item sendo classificado sob diversos títulos. Além dos quadros sinóticos, é óbvio, são documentos fundamentais da pesquisa etnográfica: o recenseamento genealógico de cada comunidade, na forma de estudos detalhados; mapas, esquemas e diagramas ilustrando a posse da terra de cultivo, privilégios de caça e pesca, etc.

Uma genealogia nada mais é do que o quadro sinótico de um determinado grupo de relações de parentesco interligadas. Seu valor como instrumento de pesquisa reside no fato de que ela permite formular questões que o pesquisador levanta a si mesmo *in abstracto*, mas faz ao nativo de maneira concreta. Seu valor como documento etnográfico reside no fato de que abrange uma série de dados autenticados, dispostos em seu arranjo natural. Um quadro sinótico sobre a magia serve à mesma função. Como instrumentos de pesquisa, tenho-os utilizado, por exemplo, para descobrir o que pensam os nativos com referência à natureza do poder mágico. Com um esquema à frente, eu conseguia analisar facilmente os itens, uns após os outros, fazendo anotações sobre as crenças e práticas rele-

¹¹ Por exemplo, os quadros sinóticos relativos à circulação das valiosas lâminas de machado, *op. cit.*, pp. 531 e 532.

vantes contidas em cada um deles. A resposta aos meus problemas abstratos eu a obtinha através de inferência a partir do conjunto de casos. Os capítulos XVII e XVIII ilustram esse método.¹² Não me posso aprofundar na discussão deste assunto, pois que, para isso, precisaria fazer novas distinções, tais como as existentes entre um mapa de dados reais e concretos (uma genealogia, por exemplo) e um mapa em que se resumem as características de determinada crença ou costume nativo (por exemplo, um mapa do sistema mágico).

Voltando uma vez mais à questão metodológica discutida na seção II, quero chamar a atenção do leitor para o fato de que o método de apresentação de dados concretos sob a forma de quadros sinóticos deve, antes de mais nada, ser aplicado às credenciais do etnógrafo. Em outras palavras, o etnógrafo que deseja merecer confiança deve distinguir, de maneira clara e concisa, sob a forma de um quadro sinótico, entre os resultados de suas observações diretas e de informações que recebeu indiretamente — pois seu relato inclui ambas. O quadro que apresentamos a seguir servirá como ilustração desse procedimento e auxiliará o leitor a julgar da fidedignidade de quaisquer asserções em que tenha particular interesse. Por meio desse quadro e das demais referências feitas no texto, ao modo, às circunstâncias e ao grau de precisão com que cheguei a determinadas conclusões, espero, não restarão dúvidas quanto à autenticidade das fontes de meu estudo.

Resumindo aqui a primeira e principal questão metodológica, posso dizer que cada fenômeno deve ser estudado a partir do maior número possível de suas manifestações concretas; cada um deve ser estudado através de um levantamento exaustivo de exemplos detalhados. Quando possível, os resultados obtidos através dessa análise devem ser dispostos na forma de um quadro sinótico, o qual então será utilizado como instrumento de estudos e apresentado como documento etnológico. Por meio de documentos como esse e através do estudo de fatos concretos, é possível apresentar um esboço claro e minucioso da estrutura da cultura nativa, em seu sentido mais lato, e da sua constituição social. Esse método pode chamar-se *método de documentação estatística por evidência concreta*.

VII

Desnecessário é dizermos que, neste particular, a pesquisa de campo realizada em moldes científicos supera, e muito, quaisquer trabalhos de amadores. Há, todavia, um aspecto em que o trabalho de amadores freqüentemente se sobressai: em sua apresentação de fatos íntimos da vida nativa, de certas facetas com as quais só nos podemos familiarizar através de um contato muito estreito com os nativos durante um longo período de tempo. Em certos tipos de pesquisa científica — especialmente o que se costuma chamar de “levantamento de dados”, ou *survey* — é possível apresentar, por assim dizer, um excelente esqueleto da constituição tribal, mas ao qual faltam carne e sangue. Aprendemos muito a respeito da estrutura social nativa mas não conseguimos perceber ou imaginar a realidade da vida humana, o fluxo regular dos acontecimentos cotidianos, as ocasionais demonstrações de excitação em relação a uma festa, cerimônia ou fato peculiar. Ao desvendar as regras e regularidades dos costumes nativos, e ao obter do con-

¹² Neste volume, além do quadro apresentado a seguir — o qual, aliás, não pertence integralmente à classe dos documentos a que me refiro — o leitor encontrará apenas algumas amostras de quadros sinóticos: por exemplo, a lista de parceiros do *Kula* (mencionada e analisada no capítulo XIII, seção II); a lista de oferendas e presentes descrita (capítulo VI, seção VI), mas não apresentada sob a forma de quadro sinótico; o quadro sinótico dos dados referentes a uma das expedições do *Kula* (capítulo XVI), e o quadro dos rituais mágicos relacionados ao *Kula* (capítulo XVII). Decidi não sobrecarregar o presente volume com quadros, mapas, etc., pois os estou reservando para uma futura publicação completa do meu material.

survey
carne
e
sangue

LISTA CRONOLÓGICA DE ACONTECIMENTOS REFERENTES AO *KULA*,
TESTEMUNHADOS PELO AUTOR

PRIMEIRA EXPEDIÇÃO. Agosto de 1914 — março de 1915.

Março de 1915. Na Aldeia de Dikoyas (ilha Woodlark), foram observadas algumas oferendas cerimoniais. Obtidas algumas informações preliminares.

SEGUNDA EXPEDIÇÃO. Maio de 1915 — maio de 1916.

Junho de 1915. Uma expedição *kabigidoya* chega a Kiriwina, proveniente de Vakuta. Observei ancoragem em Kavataria. Encontrei-me com os visitantes em Omarakana, onde recolhi informações.

Julho de 1915. Algumas comitivas provenientes de Kitava chegam à praia de Kaulukuba. Examinei os visitantes em Omarakana. Pude recolher muita informação nessa época.

Setembro de 1915. Tentativa frustrada de embarcar com To'uluwa, chefe de Omarakana, rumo a Kitava.

Outubro — novembro de 1915. Observei em Kiriwina as partidas de três expedições com destino a Kitava. Em cada uma dessas ocasiões, To'uluwa trouxe de volta um carregamento de *mwali* (braceletes de concha).

Novembro de 1915 — *março* de 1916. Preparativos para a grande expedição ultramarina de Kiriwina às ilhas Marshall Bennett. Construção de uma canoa; reforma de outra; confecção de velas em Omarakana; lançamento; *tasasoria* na praia de Kaulukuba. Simultaneamente obtinha informações a respeito desses assuntos e assuntos afins. Pude obter alguns textos de magia referentes à construção de canoas e à magia do *Kula*.

TERCEIRA EXPEDIÇÃO. Outubro de 1917 — outubro de 1918.

Novembro de 1917 — *dezembro* de 1917. O *Kula* interno; alguns dados obtidos em Tukwaukwa.

Dezembro de 1917 — *fevereiro* de 1918. Comitivas provenientes de Kitava chegam a Wawela. Recolhi dados sobre o *yoyova*. Consegui obter a magia e os encantamentos do *Kaygau*.

Março de 1918. Preparativos em Sanaroa; preparativos nas ilhas Amphlett; a frota de Dobu chega às ilhas Amphlett. A expedição *uvalaku*, proveniente de Dobu, acompanhada até Boyowa.

Abril de 1918. Chegada e recepção dessa expedição em Sinaketa; as transações do *Kula*; a grande reunião das duas tribos. Obtidas algumas fórmulas mágicas.

Maio de 1918. Observei em Vakuta uma comitiva proveniente de Kitava.

Junho — julho de 1918. Em Omarakana, verifiquei e ampliei informações sobre os costumes e a magia relativos ao *Kula*, especialmente no que se refere às suas ramificações no leste.

Agosto — setembro de 1918. Textos mágicos obtidos em Sinaketa.

Outubro de 1918. Recolhimento de informações fornecidas por alguns nativos em Dobu e no distrito *massim* do Sul (examinados em Samarai).

junto de fatos e de asserções nativas uma fórmula exata que os traduza, verificamos que esta própria precisão é estranha à vida real, a qual jamais adere rigidamente a nenhuma regra. Os princípios precisam ser suplementados por dados referentes ao modo como um determinado costume é seguido, ao comportamento dos nativos na obediência às regras que o etnógrafo formulou com tanta precisão e às próprias exceções tão comuns nos fenômenos sociológicos.

Se todas as conclusões forem baseadas única e exclusivamente no relato de informantes ou, então, inferidas de documentos objetivos, será logicamente impossível suplementá-las com dados de comportamento real. Eis o motivo por que certos trabalhos de amadores que viveram muitos anos entre os nativos — tais como negociantes e fazendeiros instruídos, médicos e funcionários e, finalmente (mas não menos importantes), os poucos missionários inteligentes e de mentalidade aberta aos quais a etnografia deve tanto — superam em plasticidade e vividez a maioria dos relatos estritamente científicos. Desde que, porém, o pesquisador especializado possa adotar as condições de vida acima descritas, estará muito mais habilitado a entrar em contato íntimo com os nativos do que qualquer residente branco da região. Nenhum dos residentes brancos realmente vive numa aldeia nativa, a não ser por breves períodos de tempo; além disso, cada um deles tem os seus próprios afazeres e negócios, que lhes tomam grande parte do tempo. Além do mais, quando um negociante, funcionário ou missionário estabelece relações ativas com os nativos é para transformá-los, influenciá-los, ou usá-los, o que torna impossível uma observação verdadeiramente imparcial e objetiva e impede um contato aberto e sincero — pelo menos quando se trata de missionários e oficiais.

Vivendo na aldeia, sem quaisquer responsabilidades que não a de observar a vida nativa, o etnógrafo vê os costumes, cerimônias, transações, etc., muitas e muitas vezes; obtém exemplos de suas crenças, tais como os nativos realmente as vivem. Então, a carne e o sangue da vida nativa real preenchem o esqueleto vazio das construções abstratas. É por esta razão que o etnógrafo, trabalhando em condições como as que vimos descrevendo, é capaz de adicionar algo essencial ao esboço simplificado da constituição tribal, suplementando-o com todos os detalhes referentes ao comportamento, ao meio ambiente e aos pequenos incidentes comuns. Ele é capaz, em cada caso, de estabelecer a diferença entre os atos públicos e privados; de saber como os nativos se comportam em suas reuniões ou assembléias públicas e que aparência elas têm; de distinguir entre um fato corriqueiro e uma ocorrência singular ou extraordinária; de saber se os nativos agem em determinada ocorrência com sinceridade e pureza de alma, ou se a consideram apenas como uma brincadeira; se dela participam com total desinteresse, ou com dedicação e fervor.

Em outras palavras, há uma série de fenômenos de suma importância que de forma alguma podem ser registrados apenas com o auxílio de questionários ou documentos estatísticos, mas devem ser observados em sua plena realidade. A esses fenômenos podemos dar o nome de *os imponderáveis da vida real*. Pertencem a essa classe de fenômenos: a rotina do trabalho diário do nativo; os detalhes de seus cuidados corporais; o modo como prepara a comida e se alimenta; o tom das conversas e da vida social ao redor das fogueiras; a existência de hostilidade ou de fortes laços de amizade, as simpatias ou aversões momentâneas entre as pessoas; a maneira sutil, porém inconfundível, como a vaidade e a ambição pessoal se refletem no comportamento de um indivíduo e nas reações emocionais daqueles que o cercam. Todos esses fatos podem e devem ser formulados cientificamente e registrados; entretanto, é preciso que isso não se transforme numa simples anotação superficial de detalhes, como usualmente é feito por observadores comuns, mas seja acompanhado de um esforço para atingir a atitude men-

o etnógrafo
e sempre

tal que neles se expressa. É esse o motivo por que o trabalho de observadores cientificamente treinados, aplicado ao estudo consciencioso dessa categoria de fatos, poderá, acredito, trazer resultados de inestimável valor. Até o presente, esse tipo de trabalho vem sendo feito apenas por amadores — e de maneira geral, portanto, com resultados medíocres.

Com efeito, se nos lembrarmos de que esses fatos imponderáveis, porém importantíssimos, da vida real são parte integrante da essência da vida grupal, se nos lembrarmos de que neles estão entrelaçados os numerosos fios que vinculam a família, o clã, a aldeia e a tribo, sua importância se torna evidente. Os vínculos mais cristalizados dos agrupamentos sociais tais como rituais específicos, deveres legais e econômicos, obrigações mútuas, presentes cerimoniais, demonstrações formais de respeito, embora igualmente importantes para o pesquisador, não são todavia sentidos tão intensamente pelo indivíduo que os tem de pôr em prática. O mesmo ocorre conosco: sabemos todos que a “vida em família” significa para nós, antes de mais nada, o ambiente do lar, todos os numerosos pequenos atos e atenções através dos quais expressamos afeição e interesse mútuo, as pequenas preferências e antipatias que constituem a “intimidade doméstica”. O fato de que talvez venhamos a receber uma herança de um parente, ou o fato de que temos a obrigação de acompanhar o funeral de um outro, embora sociologicamente façam parte da definição de *família* e de *vida familiar*, geralmente são relegados a um último plano em nossa perspectiva pessoal do que a família realmente significa para nós.

Exatamente o mesmo se aplica à comunidade nativa. Portanto, se o etnógrafo quer realmente trazer a seus leitores uma imagem vívida da vida nativa, não poderá, de forma alguma, negligenciar esses aspectos. Nenhum aspecto — seja o íntimo, seja o legal — deve ser menosprezado. Aos relatos etnográficos, entretanto, via de regra, tem faltado um ou outro aspecto e, até o presente momento, poucos relatos se fizeram em que adequadamente se discutiu o aspecto íntimo da vida nativa. Não só no relacionamento pessoal familiar, mas em todo relacionamento social — seja ele entre os nativos de uma tribo ou entre os membros amistosos ou hostis de tribos diferentes —, existe esse lado íntimo, que se expressa nos detalhes do trato ou relacionamento pessoal, no tom do comportamento do indivíduo frente a outro. Esse aspecto é bem diverso do quadro legal e cristalizado das relações sociais — e, como tal, precisa ser estudado e apresentado separadamente.

De igual forma, ao estudarmos os atos conspícuos da vida tribal — tais como as cerimônias, rituais e festividades —, devemos apresentar também os detalhes e o tom do comportamento, e não exclusivamente o simples esboço dos acontecimentos. Estudemos um exemplo específico para ilustrar a importância desse método: muito já se falou e escreveu sobre a questão da sobrevivência de traços culturais. O aspecto de sobrevivência de um ato não pode, entretanto, expressar-se em nada, a não ser no comportamento que o acompanha e no modo como ele se verifica. Temos muitos exemplos disso em nossa própria cultura: a simples descrição dos aspectos exteriores, seja da pompa e do aparato de uma solenidade de Estado, seja de um costume pitoresco dos garotos de rua, não é suficiente para demonstrar se o rito ainda floresce com total vigor nos corações daqueles que dele participam, ou se o consideram como coisa já ultrapassada e quase morta, conservada apenas por amor à tradição. Se, porém, observarmos e registrarmos as particularidades do comportamento das pessoas, imediatamente poderemos determinar o grau de vitalidade do costume. Não resta dúvida de que, tanto na análise sociológica quanto na psicológica, bem como em quais quer questões teóricas, são de extrema importância o modo e o tipo do compor-

tamento observado na realização de um ato. O comportamento é, indubitavelmente, um fato, e um fato relevante — passível de análise e registro. Tolo e míope é o cientista que, ao deparar com todo um tipo de fenômenos prontos a serem coletados, permite que eles se percam, mesmo se, no momento, não visse a que fins teóricos poderiam servir!

Em relação ao método adequado para observar e registrar *estes aspectos imponderáveis da vida real e do comportamento típico*, não resta dúvida de que a subjetividade do observador interfere de modo mais marcante do que na coleta dos dados etnográficos cristalizados. Porém, mesmo nesse particular, devemos empenhar-nos no sentido de deixar que os fatos falem por si mesmos. Se, ao fazermos nossa ronda diária da aldeia, observamos que certos pequenos incidentes, o modo característico como os nativos se alimentam, falam, conversam e trabalham (veja, por exemplo, a fig. 3), ocorrem repetidamente, devemos registrá-los o quanto antes. É importante também que esse trabalho de coleta e registro de impressões seja feito desde o início, ou seja, desde os nossos primeiros contatos com os nativos de um determinado distrito — e isso porque certos fatos, que impressionam enquanto constituem novidade, deixam de ser notados à medida que se tornam familiares. Outros fatos só podem ser percebidos depois de algum tempo, quando então já conhecemos bem as condições locais. O diário etnográfico, feito sistematicamente no curso dos trabalhos num distrito, é o instrumento ideal para este tipo de estudo. E se, paralelamente ao registro de fatos normais e típicos, fizermos também o registro dos fatos que representam ligeiros ou acentuados desvios da norma, estaremos perfeitamente habilitados a determinar os dois extremos da escala da normalidade.

Ao observarmos cerimônias ou quaisquer outras ocorrências tribais, tais como a da fig. 4, devemos não só anotar os acontecimentos e detalhes ditados pelos costumes e pela tradição como pertencentes à própria essência do ato, mas também registrar, de maneira cuidadosa e exata, as atitudes de atores e espectadores, umas após as outras. Esquecendo-se por alguns momentos de que conhece e entende a estrutura da cerimônia, bem como os dogmas que a fundamentam, o etnógrafo deve tentar colocar-se como parte de uma assembléia de seres humanos que se comportam com seriedade ou alegria, com fervorosa concentração ou frivolidade e tédio; que estão com a mesma disposição de espírito em que ele os encontra todos os dias, ou então em atitude de grande tensão ou excitabilidade —, e assim por diante. Com a atenção constantemente voltada para esse aspecto da vida tribal, e com o empenho persistente de o registrar e expressar em termos de fatos reais, o etnógrafo irá acumular uma quantidade enorme de material informativo autêntico e expressivo. Estará, assim, habilitado a dar ao ato o seu devido lugar na esfera da vida nativa — *i. e.*, saberá dizer se é normal ou excepcional, se nele os nativos se comportam como de costume, ou se acarreta mudanças em seu comportamento. Estará, por fim, capacitado a trazer tudo isso, de maneira clara e convincente, a seus leitores.

Por outro lado, nesse tipo de pesquisa, recomenda-se ao etnógrafo que de vez em quando deixe de lado máquina fotográfica, lápis e caderno, e participe pessoalmente do que está acontecendo. Ele pode tomar parte nos jogos dos nativos, acompanhá-los em suas visitas e passeios, ou sentar-se com eles, ouvindo e participando das conversas. Não acredito que todas as pessoas possam fazer isso tudo com igual facilidade — talvez a natureza do eslovo seja mais flexível e mais espontaneamente selvagem que a do europeu ocidental — mas, embora o grau de sucesso seja variável, a tentativa é possível para todos. Esses mergulhos na vida nativa — que pratiquei freqüentemente não apenas por amor à minha profissão, mas também porque precisava, como homem, da companhia de seres humanos — sempre me deram a impressão de permitir uma compreensão mais

fácil e transparente do comportamento nativo e de sua maneira de ser em todos os tipos de transações sociais. O leitor encontrará, ilustradas nos capítulos que se seguem, todas essas observações metodológicas.

VIII

Passemos, finalmente, ao terceiro e último objetivo da pesquisa de campo científica, ao último tipo de fenômeno a ser registrado, com o qual se completa adequadamente o quadro da cultura nativa. Além do esboço firme da constituição tribal e dos atos culturais cristalizados que formam o esqueleto, além dos dados referentes à vida cotidiana e ao comportamento habitual que são, por assim dizer, sua carne e seu sangue, há ainda a registrar-se-lhe o espírito — os pontos de vista, as opiniões, as palavras dos nativos: pois em todo ato da vida tribal existe, primeiro, a rotina estabelecida pela tradição e pelos costumes; em seguida, a maneira como se desenvolve essa rotina; e, finalmente, o comentário a respeito dela, contido na mente dos nativos. O homem que se submete a várias obrigações habituais, que segue uma linha tradicional de ação, o faz impulsionado por certos motivos, movido por determinados sentimentos, guiado por certas idéias. Tais idéias, sentimentos e impulsos são moldados e condicionados pela cultura em que os encontramos e são, portanto, uma peculiaridade étnica da sociedade em questão. Deve-se, portanto, empenhar em seu estudo e registro.

Mas é isso possível? Todos esses estados subjetivos não serão demasiadamente elusivos e informes? Apesar do fato de que as pessoas em geral sentem ou pensam ou experimentam certos estados psicológicos em associação à execução de seus atos habituais, a maioria das pessoas não é capaz de formulá-los, ou seja, expressá-los em palavras. Esse ponto, que por certo temos de admitir como verdadeiro, é talvez o nó górdio no estudo dos fatos da psicologia social. Sem desamarrá-lo ou cortá-lo, ou seja, sem tentar dar ao problema uma solução teórica, e sem aprofundar-me no campo da metodologia geral, entrarei diretamente na questão de como resolver, de maneira prática, algumas das dificuldades relacionadas à questão.

Em primeiro lugar, devemos partir do fato de que o objeto de nosso estudo são os modos estereotipados de pensar e sentir. Enquanto sociólogos, não nos interessamos pelo que A ou B possam sentir como indivíduos no curso accidental de suas próprias experiências; interessamo-nos, sim, apenas por aquilo que eles sentem e pensam enquanto membros de uma dada comunidade. Sob esse ponto de vista, seus estados mentais recebem um certo timbre, formam-se estereotipados pelas instituições em que vivem, pela influência da tradição e do folclore, pelo próprio veículo do pensamento, ou seja, pela língua. O ambiente social e cultural em que se movem força-os a pensar e a sentir de maneira específica. Assim, por exemplo, o homem que pertence a uma comunidade poliândrica não pode conhecer ou experimentar o mesmo tipo de ciúme comum no indivíduo de uma comunidade estritamente monogâmica, muito embora possa ter em si todos os elementos para isso. O indivíduo que vive no âmbito do *Kula* não se pode prender afetiva ou permanentemente a certos bens que possui, mesmo que os preze acima de qualquer coisa. Esses exemplos são toscos; exemplos melhores serão encontrados no texto deste livro.

O terceiro mandamento da pesquisa de campo é, pois, descobrir os modos de pensar e sentir típicos, correspondentes às instituições e à cultura de determinada comunidade, e formular os resultados de maneira vívida e convincente. Que método utilizar para isso? Os melhores etnógrafos — mais uma vez, a escola de Cambridge, com Haddon, Rivers e Seligman figurando em primeiro lugar entre os etnógrafos ingleses — sempre procuram citar literalmente asserções de impor-

tância crucial. Aduzem também termos de classificações nativas; termos técnicos de psicologia e indústria; e nos apresentam, com a maior exatidão possível, um contorno verbal do pensamento nativo. Ao etnógrafo, que aprende a língua nativa e pode usá-la como instrumento de sua investigação, é possível dar um passo adiante nessa linha de ação. Ao trabalhar com a língua *kiriwina* encontrei certa dificuldade em anotar o que os nativos diziam, por meio da tradução direta — método que, no início, havia adotado. Com a tradução, o texto muitas vezes ficava destituído de todas as suas características importantes — desintegravam-se, por assim dizer, os seus pontos essenciais. Assim sendo, aos poucos fui forçado a anotar certas sentenças importantes exatamente como os nativos as proferiam, na língua tribal. À medida que os meus conhecimentos da língua foram aumentando, fui fazendo minhas anotações cada vez mais em *kiriwina*, até que, por fim, passei a escrever exclusivamente nessa língua, registrando com rapidez cada frase, palavra por palavra. Ao atingir esse ponto, reconheci também que estava assim adquirindo, paralelamente, abundante material lingüístico, bem como uma série de documentos etnográficos que deveriam ser reproduzidos como eu os havia registrado, além de utilizados nos registros finais da minha pesquisa.¹³ Este *corpus inscriptionum kiriwiniensium* pode ser utilizado não só por mim, mas por todos aqueles que, através de seus conhecimentos mais profundos e habilidade de interpretar-lo, poderão encontrar pontos que escaparam à minha atenção, da mesma forma que outros *corpora* constituem a base de várias interpretações dadas à civilizações antigas e pré-históricas; só que essas inscrições etnográficas são todas claras e decifráveis, já foram quase todas traduzidas integralmente, e foram enriquecidas de comentários ou *scholia* obtidos de fontes vivas.

Não precisamos nos alongar aqui sobre esse assunto, pois mais adiante devotaremos a ele todo um capítulo (capítulo XVIII), abundantemente exemplificado com textos nativos. O *corpus*, é claro, será publicado na íntegra, separadamente, em data futura.

IX

Nossas considerações indicam que os objetivos da pesquisa de campo etnográfica podem, pois, ser alcançados através de três diferentes caminhos:

1. A *organização da tribo e a anatomia de sua cultura* devem ser delineadas de modo claro e preciso. O método de *documentação concreta e estatística* fornece os meios com que podemos obtê-las.

2. Este quadro precisa ser completado pelos *atos imponderáveis da vida real*, bem como pelos *tipos de comportamento*, coletados através de observações detalhadas e minuciosas que só são possíveis através do contato íntimo com a vida nativa e que devem ser registradas nalgum tipo de diário etnográfico.

3. O *corpus inscriptionum* — uma coleção de asserções, narrativas típicas, palavras características, elementos folclóricos e fórmulas mágicas — deve ser apresentado como documento da mentalidade nativa.

Essas três abordagens conduzem ao objetivo final da pesquisa, que o etnógrafo jamais deve perder de vista. Em breves palavras, esse objetivo é o de aprender o ponto de vista dos nativos, seu relacionamento com a vida, *sua* visão de

¹³ Pouco depois de adotar essa medida, recebi uma carta do Dr. A. H. Gardiner, conhecido egiptólogo, urgindo-me a isso. Como arqueólogo, ele naturalmente via as grandes possibilidades moldes daqueles que foram preservados das antigas civilizações — além da possibilidade des que se abriam ao etnógrafo, no sentido de obter um *corpus* de fontes escritas nos mesmos elucida-los através do conhecimento pessoal sobre a vida e os costumes de determinada civilização.

seu mundo. É nossa tarefa estudar o homem e devemos, portanto, estudar tudo aquilo que mais intimamente lhe diz respeito, ou seja, o domínio que a vida exerce sobre ele. Cada cultura possui seus próprios valores; as pessoas têm suas próprias ambições, seguem a seus próprios impulsos, desejam diferentes formas de felicidade. Em cada cultura encontramos instituições diferentes, nas quais o homem busca seu próprio interesse vital; costumes diferentes através dos quais ele satisfaz às suas aspirações; diferentes códigos de lei e moralidade que premiam suas virtudes ou punem seus defeitos. Estudar as instituições, costumes e códigos, ou estudar o comportamento e mentalidade do homem, sem atingir os desejos e sentimentos subjetivos pelos quais ele vive, e sem o intuito de compreender o que é, para ele, a essência de sua felicidade, é, em minha opinião, perder a maior recompensa que se possa esperar do estudo do homem.

Todas essas regras gerais o leitor as encontrará ilustradas nos capítulos que se seguem. Neles veremos o selvagem lutando para satisfazer certos anseios, para atingir certos valores, em sua linha de ambição social. Nós o veremos forçado por uma tradição de proezas heróicas e mágicas, a perigosos e difíceis empreendimentos, atraído por seu romance. Talvez, ao lermos o relato desses costumes primitivos, possamos sentir um sentimento de solidariedade pelos esforços e ambições desses nativos. Talvez a mentalidade humana se revele a nós através de caminhos nunca antes trilhados. Talvez, pela compreensão de uma forma tão distante e estranha da natureza humana, possamos entender nossa própria natureza. Nesse caso — e somente nesse caso — estaremos justificados ao sentirmos que valeu a pena entender esses nativos, suas instituições e costumes, e que pudemos auferir algum proveito através de nosso estudo sobre o *Kula*.

CAPÍTULO I

A região e os habitantes do distrito do Kula

I

Com exceção, talvez, dos nativos da ilha de Rossel, a respeito dos quais quase nada se conhece, as tribos que vivem no âmbito do sistema comercial do *Kula* pertencem todas ao mesmo grupo racial. Essas tribos vivem no extremo leste do continente da Nova Guiné e em todas as ilhas que, dispostas na forma de um alongado arquipélago, representam como que um prolongamento da faixa sudeste do continente, ligando, como uma ponte, a Nova Guiné às ilhas Salomão.

A Nova Guiné é uma ilha-continente montanhosa, de acesso muito difícil em seu interior e em certas porções de seu litoral, onde recifes, pantanais e rochedos constituem verdadeira barreira à entrada e mesmo à aproximação de embarcações nativas. Obviamente, tal região não oferece as mesmas oportunidades em todas as partes de influxo aos imigrantes que, provavelmente, são responsáveis pela atual constituição demográfica do Pacífico Sul. As regiões de fácil acesso no litoral, bem como as ilhas vizinhas, certamente ofereceriam recepção hospitaleira aos imigrantes de estirpes mais altas; por outro lado, entretanto, as altas montanhas, as inexpugnáveis fortalezas representadas pelos baixios pantanosos e por praias onde o desembarque era difícil e perigoso, forneceriam proteção natural aos aborígenes, desfavorecendo o influxo de imigrantes.

A própria distribuição racial na Nova Guiné justifica plenamente essas hipóteses. O mapa II mostra a porção oriental do continente da Nova Guiné e seus arquipélagos, bem como a distribuição racial dos nativos. O interior do continente, os baixios pantanosos onde cresce a palmeira do sagu e os deltas do golfo Papua — e também, provavelmente, a maior parte dos litorais norte e sudoeste da Nova Guiné — são habitados por uma raça de “indivíduos relativamente altos, de pele escura e cabelos crespos” designados pelo Dr. Seligman como *papua*. Na região montanhosa, especialmente, o território é habitado por tribos de pigmeus. Pouco se sabe a respeito dessas tribos — tanto as dos pântanos quanto as das elevações — que são, provavelmente, autóctones dessa região da Terra.¹⁴ Como não iremos incluí-las no relato que se segue, será melhor, agora, passarmos às tribos que habitam as regiões de fácil acesso na Nova Guiné. “Os papuas orien-

¹⁴ Entre os melhores relatos de que dispomos a respeito das tribos continentais estão os de W. F. Williamson, *The Mafulu*, 1912 e de C. Keysser, “Aus dem Leben der Kaileute”, em R. Neuhaus, *Deutsch Neu Guinea*, vol. III, Berlim, 1911. As publicações preliminares de G. Landtmann sobre os nativos de Kiwai, “Papuan Magic in the Building of Houses”, “Acta Arboenses, Humanora”. I. Abo, 1920, e “The Folk-tales of the Kiwai Papuans”, Helsingfors, 1917, prometem-nos que o relato completo irá dissipar alguns dos mistérios existentes no golfo Papua. Entrementes, podemos encontrar um bom relato semipopular sobre esses nativos na obra de W. N. Beaver, *Unexplored New Guinea*, 1920. Pessoalmente, duvido que as tribos das colinas e as dos pântanos pertençam à mesma raça ou tenham a mesma cultura. Cf. também a mais recente contribuição à questão: “Migrations of Cultures in British New Guinea”, de autoria de A. C. Haddon (Huxley Memorial Lecture, 1921), publicado pelo Royal Anthropological Institute.

tais — ou seja, as raças que, de maneira geral, têm menor estatura, cor mais clara e cabelos crespos, habitando a porção oriental da península da Nova Guiné e seus arquipélagos — precisam ter um nome; e já que o elemento verdadeiramente melanésio é neles predominante, podemos chamá-los de papua-melanésios. Em relação a esses papuasianos orientais, o Dr. A. C. Haddon foi o primeiro a admitir a hipótese de que eles se infiltraram na região em consequência de uma 'imigração melanésia na Nova Guiné', e que, além disso, 'uma simples travessia não seria suficiente para explicar certos fatos enigmáticos'.¹⁵ Os papua-melanésios, por sua vez, dividem-se em dois grupos, um ocidental, outro oriental, aos quais, segundo a terminologia do Dr. Seligman, chamaremos de papua-melanésios e *massim*, respectivamente. É com estes últimos que travaremos contato nas páginas que se seguem.

Se examinarmos um mapa, seguindo as características orográficas da porção oriental da Nova Guiné e seu litoral, verificaremos imediatamente que a principal cadeia de montanhas altas se interrompe entre os meridianos 149 e 150, e também que a orla de recifes desaparece na mesma latitude, ou seja, no extremo ocidental da baía de Orangerie. Isso significa que a porção oriental mais extrema da Nova Guiné, com seus arquipélagos — em outras palavras, a região *massim* — é a região de mais fácil acesso, podendo-se esperar que nela habite uma população racialmente homogênea, constituída de imigrantes quase não miscigenados com os autóctones (cf. mapa II). "De fato, a situação existente na região *massim* demonstra que não houve miscigenação lenta dos invasores com a estirpe anterior; as características geográficas do território papua-melanésio ocidental, com suas montanhas, colinas e pântanos, são tais que os invasores não poderiam jamais ter invadido rapidamente a região, e nem mesmo escapado à influência de seus primeiros habitantes. . .¹⁶

Tenho em conta que o leitor esteja familiarizado com a obra, já citada, do Dr. Seligman, que nos apresenta um relato minucioso de todos os tipos de cultura e sociologia papua-melanésia, uns após outros. Entretanto, as tribos da região papua-melanésia ou *massim* devem aqui ser descritas com maiores detalhes, pois é nessa região relativamente homogênea que se processa o *Kula*. Com efeito, a esfera de influência do *Kula* e a região etnográfica das tribos *massim* são quase indistintas uma da outra — daí podermos falar do tipo de cultura *kula* e de cultura *massim* como praticamente sinônimos.

II

No mapa III aparece o distrito do *Kula*, ou seja: o extremo oriental da Nova Guiné e os arquipélagos situados ao leste e nordeste. Diz o professor C. G. Seligman. "Essa região pode ser dividida em duas zonas: uma pequena, ao norte, abrangendo as ilhas Trobriand, as ilhas Marshall Bennett, as ilhas Woodlark (Murua), e também uma série de ilhas menores, tais como as ilhas Laughlan (Nada); e uma zona bem maior, abrangendo o restante do domínio *massim*." (*Op. cit.*, p. 7.)

Essa divisão está representada no mapa III pela linha espessa que isola, ao norte, as ilhas Amphlett, as ilhas Trobriand, o pequeno grupo Marshall Bennett, a ilha de Woodlark e o grupo Laughlan. Quanto à zona sulina, achei conveniente subdividi-la em duas partes, através de uma linha vertical, deixando ao leste as ilhas de Misima, Sud-Est e Rossel. Sendo escasso o material informativo de que dispomos sobre essa região, preferi excluí-la da região *massim* meridional. De todos

¹⁵ Veja C. G. Seligman, *The Melanesians of British New Guinea*, Cambridge, 1910.

¹⁶ Cf. C. G. Seligman, *op. cit.*, p. 5.

os nativos que nela habitam, somente os de Mísima participam do *Kula* — e além disso, no presente relato, sua participação ocupa lugar de muito pouca importância. A zona ocidental — à qual convencionamos chamar de “distrito dos massim meridionais” — abrange primeiro o extremo leste da Nova Guiné e as poucas ilhas adjacentes (Sariba, Roge’a, Side’a e Basilaki); ao sul, a ilha de Wari; ao leste, o pequeno mas importante arquipélago de Tabetube (grupo Engineer); e ao norte, o grande arquipélago d’Entrecasteaux. Deste último, apenas o distrito de Dobu é que nos interessa de modo especial. As tribos culturalmente homogêneas dos massim do sul estão identificadas, no mapa, como “distrito V”. As de Dobu, como “distrito IV”.

Voltemos às duas divisões principais, às zonas norte e sul. Esta segunda é habitada por uma população muito homogênea, não só em seu aspecto lingüístico, mas também no aspecto cultural e no franco reconhecimento de sua própria unidade étnica. Mais uma vez citando o Professor Seligman, devemos salientar que essa população “caracteriza-se pela ausência de canibalismo, o qual, até sua proibição pelo governo, existia na porção restante do distrito; outra peculiaridade dos massim do norte é o fato de que reconhecem” — em certos distritos, mas não em todos — a autoridade de chefes dotados de extensos poderes (*op. cit.*, p. 7). Os nativos dessa zona norte costumavam praticar — e digo *costumavam* porque as guerras pertencem agora ao passado — uma técnica de guerra aberta e cavaleirescas, bem diferente das incursões praticadas pelos massim do sul. Suas aldeias são construídas em blocos grandes e compactos, e possuem paióis erguidos sobre estacas, onde os nativos armazenam suas provisões, bem diferentes de suas paupérrimas habitações, construídas ao rés do chão, sem estacas. Como se pode verificar no mapa, foi necessário subdividir a região *massim* do norte em três grupos: primeiro, o dos habitantes das ilhas Trobriand, ou Boyowa (ramificação ocidental); segundo, o dos nativos da ilha de Woodlark e das ilhas Marshall Bennett (ramificação oriental); e, terceiro, o pequeno grupo de nativos das ilhas Amphlett.

A outra grande subdivisão das tribos do *Kula* é composta pelos massim do sul. Destes, como já tivemos a oportunidade de dizer, a ramificação ocidental é a que mais nos interessa. São nativos de menor estatura e, de maneira geral, de aparência bem menos atraente que os do norte.¹⁷ Vivem em comunidade muito dispersas, cada casa ou grupo de casas cercada por um pequeno bosque de palmeiras e árvores frutíferas, afastado dos demais. Antigamente, esses nativos eram canibais e caçadores de cabeças e costumavam atacar de surpresa seus adversários. Não possuem chefes; a autoridade é exercida pelos membros mais idosos de cada comunidade. Suas casas, erguidas sobre estacas, são de construção elaborada e lindamente ornamentadas.

Julguei necessário, para o presente estudo, retirar da seção ocidental da porção sul dos massim as duas áreas identificadas como “distritos IV e V” no mapa III que são de importância especial no sistema do *Kula*. Devemos, no entanto, ter em mente que o presente relato não dá margem a uma classificação definitiva dos massim do sul.

Tais são, respectivamente, as características gerais dos massim do norte e do sul, descritas em poucas palavras. Antes de continuarmos nosso assunto, porém, será útil fazer um esboço rápido, embora mais detalhado, de cada uma dessas tribos. Começemos com a zona do extremo sul, seguindo a ordem geográ-

¹⁷ No valioso livro do Reverendo H. Newton, *In Far New Guinea* (1914), e no livretinho *Savage Life in New Guinea* (sem data), escrito de maneira agradável, porém superficial e por vezes incorreta pelo Reverendo C. W. Abel (da London Missionary Society), podemos encontrar um bom número de descrições bem feitas a respeito do tipo nativo *massim* do sul.

grandes reuniões das tribos, pode ver muitas das grandes canoas marítimas em demanda às praias, e ouvir o som melodioso dos búzios soprados pelos nativos.

Para visitar um dos grandes aldeamentos típicos da região — digamos, na baía de Fife, no litoral sul, ou nas ilhas Sariba ou Roge'a — o mais indicado é desembarcar em alguma baía grande e bem protegida, ou então numa das amplas praias das ilhas montanhosas. Penetramos então num bosque imponente de palmeiras, árvores de fruta-pão, mangueiras e outras árvores frutíferas, de solo quase sempre arenoso e bem cuidado, livre de ervas daninhas, onde florescem arbustos ornamentais, como o hibisco de flores vermelhas e o cróton, ou ervas aromáticas. Ali encontramos a aldeia. Nem as habitações dos motu, erguidas sobre estacas, no meio de uma laguna, nem as ruas bem traçadas de uma colônia *aroma* ou *mailu*, nem ainda as irregulares aldeias de pequenas choupanas no litoral das ilhas Trobriand, apesar de seu encanto, podem competir em beleza e originalidade com as aldeias dos massim do sul. Quando, num dia quente, penetramos nas sombras das palmeiras e das árvores frutíferas e nos encontramos em meio a casas maravilhosamente bem projetadas e ornamentadas, escondidas aqui e acolá em grupos irregulares, em meio ao verdor de árvores e plantas, rodeadas por pequenos jardins decorativos de conchas e flores, com entradas ladeadas de pedrinhas e círculos com calçamento de pedras onde se pode sentar — é como se repentinamente surgisse diante dos nossos olhos a breve visão de um mundo primitivo, selvagem e feliz. Canoas enormes, cobertas de folhas de palmeira, estão atracadas na areia, bem longe do mar; redes de pescar, a secar ao sol, estendidas sobre armações especiais; sentados nas plataformas, que se erguem frente às casas, homens e mulheres se entretêm nalgum trabalho doméstico, fumando e conversando.

Seguindo as trilhas que por vezes se estendem a perder de vista, deparamos, a cada cem ou duzentos metros, com novas aldeiazinhas de poucas casas. Algumas destas são novas e recém-ornamentadas; outras, velhas, ostentam à frente uma pilha de objetos caseiros quebrados, indicando com isso que a morte de um dos velhos da aldeia ocasionou o abandono do local. Ao aproximar-se o anoitecer, a vida da aldeia torna-se mais ativa. Acendem-se as fogueiras, e os nativos se mantêm ocupados, cozinhando ou comendo. Na época das danças, ao cair da tarde, grupos de homens e mulheres reúnem-se para cantar e dançar ao som dos tambores.

Ao aproximar-nos dos nativos e examinarmos sua aparência, verificamos com surpresa — se os compararmos a seus vizinhos ocidentais — que são extremamente claros de pele, de pequena estatura, atarracados; sua aparência física produz uma certa impressão de suavidade, é quase lânguida. O rosto largo e gordo, o nariz achatado e os olhos amendoados os fazem parecer grotescos e estranhos, em vez de impressivamente selvagens. O cabelo crespo, embora não tanto quanto o dos verdadeiros papua, forma um tufo no alto da cabeça e é aparado dos lados para dar ao crânio uma conformação alongada, diferente da grande auréola exibida pelos motu. Esses nativos têm um ar tímido e desconfiado, mas não hostil — são sorridentes e quase servis, nisso diferindo bastante dos papua, que são morosos, e dos mailu ou aroma do litoral sul, que são retraídos e pouco amistosos. De maneira geral, à primeira vista, eles nos dão a impressão não de selvagens bravios, mas de burgueses asseados e satisfeitos com a vida que levam.

Seus ornamentos são menos rebuscados e menos vívidos que os de seus vizinhos ocidentais. Seus únicos enfeites permanentes e diários são os cintos e braceletes trançados feitos com a haste marrom-escuro da samambaia-trepadeira, os pequenos discos de conchas vermelhas, e as argolas feitas de casco de tartaruga, usadas como brincos. Como todos os melanésios da Nova Guiné oriental, esses nativos são muito cuidadosos em sua higiene pessoal; sua aproximação não ofen-

de nenhum dos nossos sentidos. Gostam muito de usar as flores vermelhas do hibisco, espetadas no cabelo; usam também grinaldas de flores perfumadas na cabeça e, enfiadas nos cintos e braceletes, folhas de plantas aromáticas. Seus grandes cocares de festa são extremamente simples, comparados às enormes construções de penas usadas pelas tribos ocidentais e consistem, em geral, de uma auréola feita com as penas das cacatuas-brancas, presa ao cabelo (veja fig. 5 e 6).

Em épocas passadas, antes do advento do homem branco, esses nativos de aparência agradável e langorosa eram inveterados canibais e caçadores de cabeças; em suas canoas de guerra, costumavam fazer incursões traiçoeiras e cruéis, invadindo aldeias adormecidas, matando homens, mulheres e crianças, e banquetecendo-se com seus cadáveres. Os atraentes círculos de pedra em suas aldeias estão associados às festas antropofágicas de outrora.¹⁹

O viajante que se estabelecer numa dessas aldeias e ali permanecer durante um bom período de tempo, a fim de estudar-lhes os costumes e participar da vida da tribo, desde logo percebe, com certa surpresa, que entre esses nativos não existe uma autoridade geral conhecida por todos. Nesse aspecto, eles se assemelham não só aos nativos ocidentais da Nova Guiné, mas também aos do arquipélago melanésio. Entre os *massim* do sul, assim como em muitas outras tribos, a autoridade está investida nos nativos mais velhos de cada aldeia. Em cada vilarejo, o homem mais idoso ocupa uma posição de influência pessoal e poder. Coletivamente, os velhos representam a tribo em quaisquer acontecimentos, pondo em prática suas decisões e assegurando-se de que elas estejam rigorosamente de acordo com as tradições tribais.

Estudos sociológicos mais minuciosos revelariam o totemismo que caracteriza esses nativos, bem como a estrutura matrilinear de sua sociedade. Descendência, herança e posição social seguem a linha feminina: o indivíduo sempre pertence à divisão totêmica e ao grupo social de sua mãe, e é do irmão dela que recebe sua herança. As mulheres gozam também de muita independência; são extremamente bem tratadas, e exercem papel importante nas transações e festejos tribais (veja fig. 5 e 6). Algumas delas — graças aos seus poderes mágicos — possuem mesmo considerável influência.²⁰

A vida sexual desses nativos caracteriza-se pela extrema liberdade. Mesmo quando nos lembramos de que a moral sexual das tribos melanésias da Nova Guiné — tais como os *motu* e *mailu* — segue padrões de grande liberalidade, ainda assim consideramos os *massim* do sul demasiadamente livres nesse particular. Não mantêm certas aparências e reservas comuns entre os nativos de outras tribos; por outro lado, como provavelmente acontece em muitas comunidades onde a moral sexual é livre, verifica-se entre eles uma completa ausência de práticas anormais ou de perversão sexual. O casamento, para eles, é o remate natural de um concubinato longo e duradouro.²¹

Esses nativos são eficientes e laboriosos artesãos e grandes comerciantes. Possuem grandes canoas para navegação marítima, as quais, no entanto, não fabricam, mas sim importam do distrito dos *massim* setentrionais ou de Panayati. Uma outra faceta de sua cultura, sobre a qual voltaremos a falar oportunamente, consiste nas grandes festas, chamadas *So'i* (veja fig. 5 e 6), associadas a cerimônias funerárias e a um tabu mortuário chamado *gwara*. Tais festas desempenham papel de considerável importância nas grandes transações intertribais do *Kula*.

¹⁹ Cf. Professor C. G. Seligman, *op. cit.*, capítulos XL e XLII.

²⁰ Cf. Professor C. G. Seligman, *op. cit.*, capítulos XXXV, XXXVI e XXXVII.

²¹ Cf. Professor C. G. Seligman, capítulos XXXVII e XXXVIII.

Esta descrição, feita em moldes gerais e necessariamente um pouco superficiais, não tem a intenção de fornecer ao leitor um relato complexo da constituição tribal, mas de dar uma idéia definida a respeito dessas tribos — de modo que elas passem a ter, por assim dizer, uma “fisionomia”. Àqueles que se interessam por maiores detalhes, indicamos o tratado escrito pelo professor C. G. Seligman, principal fonte de nossos conhecimentos quanto aos melanésios da Nova Guiné. O esboço acima refere-se aos nativos que o Professor Seligman chama de *massim* do sul — ou, mais precisamente, aqueles que habitam a zona identificada no mapa etnográfico número III como “V — *Massim* do Sul” — habitantes do extremo oriental do continente e do arquipélago vizinho.

IV

Rumemos agora ao norte, navegando em direção ao distrito que no mapa se identifica como “IV — Dobu”, um dos elos mais importantes no circuito do *Kula* e centro de grande influência cultural. A medida que rumamos para o norte, passando o cabo Leste, que se localiza no extremo oriental da Nova Guiné — um longo promontório plano coberto de palmeiras e grandes áreas de árvores frutíferas, onde vive uma população muito densa — um novo mundo, não só geográfica mas também etnograficamente diferente abre-se aos nossos olhos. A princípio, não passa de uma silhueta azulada e suave, como a de uma serra distante pairando ao norte por sobre o horizonte. À medida que nos aproximamos, as colinas da ilha de Normanby, a mais próxima das três que formam o arquipélago d'Entrecasteaux, tornam-se mais visíveis, assumindo forma e substância mais definidas. Os topos mais altos se sobressaem nitidamente entre as névoas tropicais. Entre eles, desponta Bwebweso, a montanha de cumes duplos onde, segundo as lendas nativas, vivem os espíritos dos mortos a sua última existência. O litoral sul de Normanby e o interior são habitados por uma tribo ou tribos sobre as quais nada sabemos etnograficamente, a não ser o fato de que, em cultura, são bem diferentes das demais tribos vizinhas e não participam diretamente do *Kula*.

O extremo norte de Normanby, os dois flancos dos estreitos Dawson, que separam as ilhas de Normanby e Ferguson e, finalmente, a ponta sudeste de Ferguson, são habitados por uma tribo muito importante — a tribo *dobu*. O centro de seu distrito é o pequeno vulcão extinto que forma uma ilha à entrada oriental dos estreitos Dawson — a ilha de Dobu, da qual a tribo recebe seu nome. Para alcançá-la, temos de navegar ao longo desse estreito extremamente pitoresco. De ambos os lados do sinuoso canal, alteiam colinas verdes que o cercam de modo a fazê-lo parecer um lago entre montanhas. Em certos pontos, as colinas se afastam e uma laguna se abre; ou, de novo, comprimem o canal, elevando-se em escarpas bastante íngremes onde se vêem claramente roças triangulares, casas nativas construídas sobre estacas, grandes extensões de selva fechada e faixas de capim. À medida que prosseguimos viagem, os estreitos canais se alargam; à margem direita, pode-se então avistar um dos enormes flancos do monte Sulomona'i, na ilha de Normanby. À esquerda, há uma baía de águas rasas e, atrás dela, uma grande planície que se estende para o interior da ilha de Ferguson; por sobre ela, podemos ver extensos vales e, a distância, numerosas serras. Passando uma nova curva, entramos numa baía grande, ladeada de praias muito planas; ao centro dessa baía ergue-se, em meio a um cinturão de árvores tropicais, o cone enrugado de um vulcão: é a ilha de Dobu.

Estamos agora no centro de um distrito densamente povoado e de grande importância etnográfica. Dessa ilha, em épocas passadas, partiam expedições periódicas de ferozes e ousados canibais e caçadores de cabeças, temidos das

tribos vizinhas. Os nativos dos distritos imediatamente adjacentes, das praias planas em ambas as margens dos estreitos, e das grandes ilhas próximas eram todos aliados; mas os distritos mais distantes, a mais de 100 milhas de barco, nunca se sentiram livres do perigo representado pela tribo *dobu*. Uma vez mais devemos lembrar-nos de que os *dobus* eram, e ainda são, um dos elos principais no sistema do *Kula*, e que seu território é centro de influência comercial, industrial e cultural. O fato de que a língua *dobu* é usada como língua franca em todas as partes do arquipélago d'Entrecasteaux, nas ilhas Amphlet e na região que se estende ao norte até às ilhas Trobriand, constitui prova conclusiva da importância dos *dobu*. Na zona sul destas duas últimas ilhas, quase todos os nativos falam a língua *dobu*, ao passo que em Dobu quase ninguém fala a língua dos nativos de Trobriand ou de Kiriwina. Esse é um fato realmente notável que não se pode explicar em termos da atual situação nativa, pois que os habitantes das ilhas Trobriand estão em nível de desenvolvimento cultural mais alto que o dos *dobu*, são mais numerosos que eles e desfrutam do mesmo prestígio geral.²²

Outro fato notável sobre o distrito de Dobu é que nele se encontram numerosos locais de especial interesse mitológico. Sua paisagem encantadora, de cones vulcânicos, de baías amplas e lagunas cercadas de montanhas altas e verdejantes e, ao norte, o oceano, salpicado de recifes e ilhas — tudo isso tem profundo significado lendário para o nativo. Essa é a terra e o mar onde navegadores e heróis de um passado distante, inspirados pela magia, realizaram façanhas extraordinárias e ousadas. Ao nos afastarmos da entrada aos estreitos Dawson, passando Dobu e as ilhas Amphlett rumo a Boyowa, quase todas as regiões que atravessamos foram cenário de alguma proeza lendária. Aqui uma estreita garganta foi aberta por uma canoa mágica, voando pelos ares. Ali os dois rochedos que se erguem do mar são os corpos petrificados de dois heróis mitológicos que lá encalharam depois de uma contenda. Mais adiante, uma laguna escondida entre montanhas constituiu porto de refúgio de uma tripulação mítica. Pondo de parte as lendas, a paisagem toda ao nosso redor, bela como é, assume ainda maior encanto pelo fato de que é e sempre foi um longínquo Eldorado, terra de promessas e esperanças para muitas gerações de ousados navegadores nativos vindos das ilhas do norte. No passado, essas terras e mares devem, ter sido o cenário de migrações e lutas, de invasões tribais, da infiltração gradativa de povos e culturas.

Os *dobu* têm aparência física bem diferente da dos *massim* do sul e dos nativos das ilhas Trobriand; de pequena estatura, pele muito escura, cabeça grande e ombros arredondados nos dão, à primeira vista, a estranha impressão de gnomos. Há, todavia, algo definitivamente agradável, honesto e aberto em sua atitude e em seu caráter social, impressão essa que, com o convívio, se fortalece e confirma. Em geral, os *dobu* são os nativos preferidos do homem branco, fornecendo os criados melhores e mais dignos de confiança. Os negociantes que com eles têm convivido durante longo tempo dão sempre preferência aos *dobu* ao compará-los com outros nativos.

Suas aldeias, como as dos *massim* do sul, que há pouco mencionamos, estão espalhadas em territórios muito vastos. As praias planas e férteis onde vivem são salpicadas de pequenos vilarejos compactos, de dez a doze casas no máximo, escondidos no meio de fileiras contínuas de árvores frutíferas, palmeiras, bana-

²² Meu conhecimento sobre os *dobu* é fragmentário, obtido durante três breves visitas a seu distrito, através de conversas com vários nativos *dobu* que estavam a meu serviço e através de alusões e paralelos feitos pelos ilhéus de Trobriand sobre os costumes *dobu*, quando realizei minha pesquisa de campo. Nos arquivos da Australasian Association for the Advancement of Science, que também consultei, existe um breve esboço de determinados costumes e crenças *dobu*, de autoria do Reverendo W. E. Bromilow.

neiras e plantações de inhame. As casas são construídas sobre estacas, mas de arquitetura mais tosca que as dos massim do sul e quase não são ornamentadas, embora antigamente, na época da caça de cabeças, os nativos as enfeitassem com crânios.

Quanto à sua constituição social, essas tribos são totêmicas, dividindo-se em determinado número de clãs exógamos, cada um com uma série de totens associados. Não há chefia regular instituída, nem um sistema hierárquico ou de castas como o que iremos encontrar entre os nativos de Trobriand. A autoridade é investida nos membros mais velhos da tribo. Em cada pequena aldeia há sempre um homem que exerce maior influência local e atua como representante de seu grupo nos conselhos tribais organizados em função de cerimônias e expedições.

Seu sistema de parentesco é matrilinear. As mulheres têm posição de destaque e exercem grande influência. Parecem, inclusive, exercer funções mais proeminentes e duradouras na vida comunitária do que as mulheres de outras tribos vizinhas. Esta é uma das características mais notáveis da sociedade *dobu* que parece bastante peculiar aos olhos dos nativos de Trobriand; sempre nos chamavam a atenção para este aspecto ao fornecerem informações, muito embora em sua sociedade as mulheres desfrutem também de posição social razoavelmente boa. Em Dobu, as mulheres exercem funções importantes na horticultura, tomando inclusive parte ativa nos rituais mágicos a ela associados, o que em si lhes proporciona um *status* elevado. A feitiçaria, instrumento principal com que se exerce poder e infligem castigos nessas regiões, está em grande parte em mãos das mulheres. As bruxas voadoras, ficção tão característica do tipo de cultura que se encontra na Nova Guiné oriental, têm entre os *dobu* uma de suas cidadelas. Voltaremos a esse assunto com maiores detalhes ao discutirmos os naufrágios e os perigos da navegação. Além disso, as mulheres praticam a feitiçaria comum, que em outras tribos constitui privilégio exclusivo dos homens.

A alta posição das mulheres, regra geral entre as sociedades nativas, está associada a uma grande liberdade sexual. Os *dobu*, entretanto, constituem uma exceção nesse particular. Esperam que mulheres casadas permaneçam fiéis aos maridos; consideram o adultério um crime; e, em severo contraste com o que se pratica em todas as tribos vizinhas, as mulheres solteiras da tribo *dobu* mantêm-se rigorosamente castas. Não existem formas cerimoniais nem costumeiras de libertinagem, e qualquer intriga amorosa é considerada uma ofensa.

Devemos aqui dizer mais algumas palavras a respeito da feitiçaria, pois que esse é assunto de grande importância em todas as relações intertribais. O medo à feitiçaria é enorme, e quando os nativos visitam regiões distantes esse temor assume proporções ainda maiores em virtude do medo adicional ao que é desconhecido e estranho. Há entre os *dobu*, além das bruxas voadoras, homens e mulheres que, conhecedores de feitiços e rituais mágicos, podem infligir doenças e causar a morte. Os métodos empregados por esses feiticeiros, assim como todas as crenças relacionadas a este assunto, são praticamente os mesmos que se encontram entre as tribos das ilhas Trobriand, como veremos mais tarde. Esses métodos caracterizam-se por sua natureza muito racional e direta, e neles quase não entram elementos sobrenaturais. O feitiçeiro profere algumas palavras mágicas sobre alguma substância que tem de ser ingerida pela vítima, ou então queimada sobre o fogo da sua cabana. Em determinados rituais, os feiticeiros usam também paus aguçados que apontam em direção à vítima.

Se compararmos esses métodos aos usados pelas bruxas voadoras que comem o coração e os pulmões, bebem o sangue e quebram os ossos de seus inimigos e vítimas, e possuem, além de tudo, o poder de se tornarem invisíveis e voarem, verificamos que o feitiçeiro *dobu* tem a seu dispor recursos aparente-

mente muito simples e toscos. Está também muito atrasado em relação aos seus xarás *mailu* ou *motu* — e digo xarás porque todos os feiticeiros da região *mas-sim* são chamados *Bara'u*, e essa palavra é a mesma usada entre os *mailu*, ao passo que os *motu* usam a forma reduplicada *Babara'u*. Os feiticeiros dessa última região usam métodos poderosos tais como matar a vítima primeiro, abrir-lhe o corpo, remover, dilacerar ou enfeitiçar-lhe as entranhas e, por fim, restituir-lhe a vida, só para que a vítima adoeça e eventualmente morra.²³

Segundo a crença *dobu*, os espíritos dos mortos vão para o topo do monte Bwebweso, situado na ilha de Normanby. Nesse pequeno espaço refugiam-se as almas de praticamente todos os nativos do arquipélago d'Entrecasteaux, com exceção dos da parte setentrional da ilha Goodenough, os quais — segundo me foi relatado por alguns dos informantes locais — vão, depois de sua morte, para a terra dos espíritos dos nativos de Trobriand.²⁴ Os *dobu* creem também na existência de uma alma dupla — uma, obscura e impessoal, que sobrevive à morte física por apenas alguns dias, permanecendo nas redondezas do túmulo; a outra, o espírito verdadeiro, que vai para o monte Bwebweso.

É interessante observar como os nativos, vivendo nos limites de duas culturas e entre dois tipos de crença, explicam as diferenças observáveis. O nativo, digamos, de Boyowa do sul, não vê dificuldades em solucionar questões do tipo: “como é que os *dobu* acreditam ser Bwebweso a terra dos espíritos, enquanto eles, os nativos de Trobriand, creem-na em Tuma?” Ele não vê a diferença como se fosse devida a um conflito dogmático de doutrinas; simplesmente responde: “Os espíritos deles vão para Bwebweso e os nossos para Tuma”. As leis metafísicas da existência ainda não são consideradas como sujeitas a uma única verdade invariável. Da mesma forma que o destino dos homens varia segundo as diferenças existentes entre os costumes tribais, assim variam também as ações do espírito! Uma teoria bem interessante foi desenvolvida para harmonizar as duas crenças num caso misto. Existe a crença de que, se um nativo Trobriand vier a morrer em Dobu em meio a uma das expedições do *Kula*, sua alma irá para Bwebweso por algum tempo. Em época apropriada os espíritos dos nativos de Trobriand navegam de Tuma, terra dos espíritos, para Bwebweso, num *Kula* espiritual; ao voltarem para Tuma, essa comitiva espiritual traz consigo a alma do recém-finado nativo de Trobriand.

Partindo de Dobu, navegamos em mar aberto — um mar repleto de bancos de areia e coral, recortado de longos recifes, onde marés traiçoeiras, que por vezes atingem a velocidade de cinco nós, tornam realmente perigosa a navegação, especialmente para as frágeis embarcações nativas. Este é o mar do *Kula*, cenário das expedições intertribais e das aventuras que constituirão o tema de nossos futuros relatos.

A praia oriental da ilha de Ferguson, próxima de Dobu, ao longo da qual vamos navegando, consiste principalmente de uma série de cabos e cones vulcânicos que dão à região o aspecto de algo inacabado e grotescamente montado. Ao pé das elevações estende-se, por várias milhas além de Dobu, uma extensa planície aluvial, onde se encontram numerosas aldeias — Deide'i, Tu'utauna, Bwayow, todas elas importantes centros comerciais e onde residem os sócios diretos dos nativos de Trobriand no sistema do *Kula*. Grandes rolos de fumaça pairam por sobre a selva, provenientes dos gêiseres ferventes de Deide'i, que a cada poucos minutos se convulsionam em altos jatos de água.

Em breve deparamos com dois rochedos escuros e de forma bastante peculiar,

²³ Cf. Professor C. G. Seligman, *op. cit.*, pp. 170 e 171; 187 e 188 a respeito dos nativos *koita* e *motu*; e B. Malinowski, *The Mailu*, pp. 647-652.

²⁴ Cf. D. Jenness e A. Ballantyne, *The Northern d'Entrecasteaux*, Oxford, 1920, capítulo XII

um deles semi-oculto na vegetação da praia, o outro erguendo-se rente ao mar, na extremidade de um areal que o separa do primeiro. São eles Atu'a'ine e Aturamo'a, homens que, segundo a tradição mítica, foram transformados em pedra. Nesse local fazem parada as grandes expedições marítimas — não só as provenientes de Dobu, em demanda ao norte, mas também as que vêm do norte. Seguindo um costume que se vem realizando há muitos séculos e observando diversos tabus, os nativos ali fazem oferendas sacrificiais aos rochedos, com invocações rituais para um comércio bem sucedido.

A sotavento destas duas rochas estende-se uma pequena baía de praias limpas e arenosas, chamada Sarubwoyna. Tendo a sorte de passar por esse local na época certa do ano, o viajante poderá presenciar uma cena pitoresca e interessante. À sua frente, irá ver uma enorme frota de cinquenta a cem canoas, todas ancoradas nas águas pouco profundas da baía, com uma multidão de nativos a ocupar-se em tarefas estranhas e misteriosas. Alguns deles, inclinados sobre montes de ervas, murmuram encantamentos; outros, pintam e enfeitam o corpo. O espectador de há duas gerações, ao presenciar a mesma cena, sem dúvida seria levado a suspeitar serem esses os preparativos para alguma luta trágica entre as tribos, um dos grandes assaltos que exterminavam tribos e aldeias inteiras. Ao observar o comportamento dos nativos, o espectador encontraria dificuldade em dizer se eles estão temerosos ou agressivos, pois que ambas as paixões estão presentes com igual intensidade em sua atitude e movimentos. Dificilmente iria o espectador acreditar no fato de que o que se passa diante de seus olhos não são preparativos de guerra; que esses nativos, empenhados numa visita bem organizada, chegaram ao local após uma longa jornada marítima de mais de cem milhas numa visita intertribal preestabelecida; e que ali estão para ultimar seus preparativos mais importantes. Hoje em dia — pois todo esse ritual ainda hoje se realiza e com a mesma pompa de outrora — o espetáculo seria igualmente pitoresco apesar de abrandado pelo fato de que já não mais existe na vida nativa a paixão pelo perigo. No curso de nossa narrativa, à medida que formos aprendendo a conhecer melhor esses nativos, seu comportamento geral e costumes e, de maneira especial, o ciclo de crenças, idéias e sentimentos relacionados ao *Kula*, iremos também entender a cena que ora temos diante dos olhos — esta mescla de temor e impetuosidade quase violenta, esse comportamento que nos parece ao mesmo tempo, amedrontado e agressivo.

V

Partindo de Sarubwoyna e contornando o promontório dos dois rochedos, avistamos imediatamente Sanaroa, uma enorme ilha de coral, plana e espaçosa que ostenta, em seu flanco ocidental, uma cadeia de colinas de formação vulcânica. Numa ampla laguna a leste dessa ilha estão as zonas de pesca onde, ano após ano, os nativos de Trobriand, retornando de Dobu, vão procurar o *spondylus*, valiosa concha com a qual, ao voltarem à sua terra, fabricam os discos vermelhos que constituem uma das principais fontes da riqueza nativa. Ao norte de Sanaroa existe num dos canais uma pedra chamada Sinatemubadiye'i, outrora uma mulher que, ao chegar ali com seus irmãos Atu'a'ine e Aturamo'a, foi transformada em pedra antes da etapa final de sua jornada. A ela os nativos em expedições do *Kula* fazem também oferendas.

Prosseguindo nossa viagem, encontramos à esquerda, uma belíssima paisagem: a serra alta fica agora próxima da praia, e pequenas baías, vales extensos e escarpas forradas de árvores sucedem-se uns aos outros. Examinando minuciosamente as escarpas, podemos ver pequenos grupos de três a seis choupanas muito pobres: são elas as habitações de nativos de cultura visivelmente mais

baixa que a dos *dobu*. Esses nativos não participam do *Kula* e, em épocas passadas, eram vítimas amedrontadas e infelizes das tribos vizinhas.

À nossa direita, através de Sanaroa, emergem as ilhas de Uwama e Tewara, esta última habitada por nativos da tribo *dobu*. A ilha de Tewara nos é de grande interesse, visto que um dos mitos de que trataremos mais adiante faz dela o berço do sistema do *Kula*. Continuando nossa viagem, contornamos, uns após os outros, os promontórios orientais da ilha de Ferguson e, a seguir, vamos encontrar um grupo de perfis monumentais, fortemente delineados no horizonte distante, por trás das elevações que se afastam: são as ilhas Amphlett, elo geográfico e cultural entre as tribos costeiras da região vulcânica de Dobu e as dos habitantes de Trobriand, arquipélago de ilhas planas de coral. Essa porção do mar é muito pitoresca e tem encanto particular nesta terra de paisagens belíssimas e variadas. Na ilha principal de Ferguson, e dominando o arquipélago Amphlett mais ao norte, localiza-se Koyatabu, sua montanha mais alta, que se ergue diretamente do mar como uma pirâmide delgada e elegante. A imensa superfície da montanha é recortada pela faixa branca de um curso de água que se inicia a meia altura e desce para o mar. Sob o vulto enorme de Koyatabu encontram-se as numerosas ilhas Amphlett, pequenas e grandes, de colinas íngremes e rochosas em forma de pirâmides, esfinges e cúpulas, formando um conjunto pitoresco de formas estranhas.

Com o forte vento sudeste que aqui sopra durante três quartos do ano, aproximamo-nos rapidamente das ilhas e as duas mais importantes, Gumawana e Ome'a, parecem arremessar-se para fora do nevoeiro. Ao ancorarmos em frente da aldeia de Gumawana, situada no extremo sudeste da ilha, o panorama que se abre à nossa frente é impressionante. Construída numa faixa estreita da praia e quase à mercê das ondas, espremida à beira-mar por uma selva gigantesca que se ergue por trás dela, a aldeia está protegida das águas por muros de pedras construídos ao redor das casas e diques que formam pequenas enseadas artificiais ao longo da orla do mar. As choupanas, construídas sobre estacas, muito pobres e sem quaisquer enfeites, parecem muito pitorescas nesses arredores (veja fig. 7 e 43).

Os habitantes dessa aldeia e das outras quatro existentes no arquipélago são um povo estranho. Formam uma tribo pouco numerosa que está à mercê dos ataques de outras tribos vindas do mar; dispõem de pouco alimento, devido à natureza rochosa de suas ilhas. Apesar de tudo, graças à sua singular habilidade de fabricar objetos de cerâmica, à sua coragem e eficiência como navegadores e à sua localização entre Dobu e as ilhas Trobriand, esses nativos conseguiram tornar-se, em muitos aspectos, os monopolistas dessa região do mundo. Têm mesmo as características de monopolistas: são ávidos e mesquinhos, insaciáveis e pouco hospitaleiros; insistem em tomar para si as rédeas das trocas e do comércio mas não se dispõem a fazer quaisquer sacrifícios no sentido de melhorá-lo; são retraídos, mas de atitude arrogante para com todas as pessoas que com eles têm algum negócio a tratar. Contrastam, portanto, muito desfavoravelmente com os seus vizinhos do norte e do sul — e isso não é a opinião apenas do homem branco;²⁵ os nativos das ilhas Amphlett gozam, com efeito, de péssima reputação entre os *dobu* e os habitantes das ilhas Trobriand, que os consideram desprovidos de um verdadeiro senso de generosidade e hospitalidade, mesquinhos e injustos em todas as negociações do *Kula*.

²⁵ Passei cerca de um mês nessas ilhas e achei os nativos surpreendentemente intratáveis e foi muito difícil realizar entre eles o trabalho etnográfico. Os "boys" de Amphlett tem excelente reputação como marujos, mas de maneira geral não são trabalhadores tão capazes e diligentes quanto os *dobu*.

Quando ancoramos nosso barco, os nativos logo se aproximam em suas canoas, oferecendo à venda potes de barro mas, se descemos à praia para dar uma olhadela em sua aldeia, a agitação é grande, e todas as mulheres desaparecem do local: as mais jovens correm a esconder-se na selva atrás da aldeia, e até mesmo as velhas feias desaparecem de vista, refugiando-se nas choupanas. Assim, se quisermos ver como são fabricados os objetos de barro — feitos quase que exclusivamente pelas mulheres — temos de atrair alguma velha para fora de seu esconderijo, oferecendo-lhe generosas porções de tabaco e procurando convencê-la de que nossas intenções são honradas.

Mencionamos todos esses fatos, de interesse etnográfico, porque não é só o homem branco que provoca esse retraimento; se outros nativos, vindos de suas terras para negociar com eles, permanecem por algum tempo nas ilhas Amphlett, as mulheres também desaparecem deste modo. Essa timidez ostensiva não é, entretanto, fingida; nessas ilhas, muito mais que em Dobu, a mulher solteira ou casada se caracteriza por estrita obediência às leis de castidade e fidelidade. As mulheres também aqui possuem muita influência e tomam parte ativa nos trabalhos da lavoura e na execução da magia agrícola. Em suas instituições e costumes, esses nativos apresentam uma mistura característica dos massim do norte e do sul. Não há chefes, mas os membros mais velhos da tribo possuem autoridade, existindo em cada aldeia um líder que a representa nas cerimônias e em outros assuntos importantes. Seus clãs totêmicos são idênticos aos de Murua (distrito II). Seu precário suprimento alimentar provém, em parte, de uma lavoura pobre e, em parte, da pesca, feita com pipas e armadilhas, a qual entretanto raramente pode ser levada a cabo, e em geral não rende muito. Esses nativos não são auto-suficientes; recebem, na forma de presentes ou através do comércio, produtos agrícolas e porcos procedentes do continente, de Dobu ou de Trobriand. Sua aparência física lembra muito a dos nativos das ilhas Trobriand, isto é, são mais altos, de pele mais clara e traços mais delicados que os dobu.

Vamos agora partir das ilhas Amphlett rumo ao arquipélago de Trobriand, cenário de quase todos os acontecimentos descritos neste volume e região sobre a qual possuo o maior número de dados etnográficos.